



CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM
PODER LEGISLATIVO

N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
372/2023	377/2023	16/05/2023 17:24:27	16/05/2023 17:24:27

Tipo

**PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE
CONTAS - TCEES**

Número

1/2023

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ES

Ementa:

Parecer Prévio 00027/2022-1 - 2ª Câmara - Prestação de Contas Anual de Prefeito - Prefeitura Municipal de Itapemirim: Exercício de 2019 - Parecer Prévio pela Rejeição das Contas.





Parecer Prévio 00027/2022-1 - 2ª Câmara

Processos: 03330/2020-6, 03331/2020-1

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Exercício: 2019

UG: PMI - Prefeitura Municipal de Itapemirim

Relator: Sérgio Manoel Nader Borges

Responsável: THIAGO PECANHA LOPES

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PREFEITO -
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM -
EXERCÍCIO DE 2019 - PARECER PRÉVIO PELA
REJEIÇÃO - FINANÇAS PÚBLICAS - LRF -
ROYALTIES - UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS EM FIM
VEDADO POR LEI - RESULTADO FINANCEIRO -
INCONSISTÊNCIA - PARECER DO CONSELHO DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA
SAÚDE - AUSÊNCIA - PREVIDÊNCIA -
DEFICIÊNCIA NA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE
REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - DETERMINAR
- DAR CIÊNCIA.**

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES:

1. RELATÓRIO

Tratam os presentes autos da prestação de contas anual sob responsabilidade do Sr. Thiago Peçanha Lopes, Chefe do Poder Executivo do Município de Itapemirim, exercício de 2019, entregue em 23/06/2020, via sistema CidadES, inobservando o prazo limite de 15/06/2020, definido em instrumento normativo aplicável.

Anote-se que, tendo em vista a aprovação da Decisão Plenária 15/2020-4 disponibilizada no Diário Oficial Eletrônico em 17 de setembro de 2020, considerando-se publicada em 18/09/2020, os autos do Processo TC 0331/2020-1 foram apensados a estes

Da análise da documentação encaminhada a esta Corte de Contas resultaram os Relatórios Técnicos RT 0071/2021-4 (TC 03330/2020-6) e RT 0072/2021-9 (TC 03331/2020-1) em que foram identificados indícios de irregularidades.

No que tange à condução da política previdenciária, nos termos previstos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/20161, foi elaborado o Relatório Técnico 0053/2021-6.

Posteriormente os apontamentos constantes dos Relatórios Técnicos 0053/2021-6 e 0071/2021-4 e 0072/2021-9 foram reproduzidos na Instrução Técnica Inicial ITI 0105/2021-1, nos termos da qual foi proferida a Decisão SEGEX 0119/2021-1 promovendo-se a notificação do responsável, para que se manifestasse no prazo de 30 dias improrrogáveis.

Devidamente notificado, o responsável manifestou-se consoante peças eletrônicas 48 a 68.

Após, foram os autos ao Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência que manifestou-se por meio da Manifestação Técnica (MT) 01389/2021-4, pela manutenção da irregularidade *Deficiências na Emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária*.

Ato processual seguinte, o Núcleo de Controle Externo de Contabilidade, elaborou a Instrução Técnica Conclusiva ITC 04161/2021-7 propondo o que segue:

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Foi examinada a Prestação de Contas Anual relativa à Prefeitura Municipal de Itapemirim, exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Thiago Peçanha Lopes, formalizada de acordo com a IN TCEES 43/2017, e instruída considerando-se o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016 e alterações posteriores.

Quanto ao aspecto técnico-contábil e o disposto na legislação pertinente, opina-se no sentido de que este Egrégio Tribunal de Contas emita PARECER PRÉVIO, dirigido à Câmara Municipal de Itapemirim, recomendando a REJEIÇÃO da prestação de contas anual do exercício 2019, na forma do art. 80 da Lei Complementar 621/2012 e 132 do RITCES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013, tendo em vista as seguintes irregularidades:

2.1 ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES SEM FONTE DE RECURSO (*item 4.1.2 do RT 71/2021*) – *Passível de ressalva*;

2.2 UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM FIM VEDADO POR LEI FEDERAL (*item 4.3.7.1 do RT 71/2021*);

2.3 RESULTADO FINANCEIRO DAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIADO NO BALANÇO PATRIMONIAL É INCONSISTENTE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (*item 6.2 do RT 71/2021*);

2.5 AUSÊNCIA DO PARECER EMITIDO PELO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA SAÚDE (*item 8.4 do RT 71/2021*);

2.8 DIVERGÊNCIA ENTRE INVENTÁRIO ANUAL DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS (INVMOV) E O RESPECTIVO TERMO CIRCUNSTANCIADO (TERMOV) (*item 3.3.2.1 do RT 72/2021*);

2.9 DIVERGÊNCIA ENTRE INVENTÁRIO ANUAL DE BENS PATRIMONIAIS INTANGÍVEIS (INVINT) E O RESPECTIVO TERMO CIRCUNSTANCIADO (TERINT) (*item 3.3.2.2 do RT 72/2021*);

3.9 DEFICIÊNCIAS NA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (ITEM 4.1 DO RT 53/2021-6).

Sugerimos também:

- Determinar ao atual gestor: a observância do art. 43 da Lei 4320/1964; e que promova e comprove, na próxima prestação de contas anual, a recomposição da conta bancária e da respectiva fonte de recursos de *royalties*, no montante R\$ 30.964.060,80, correspondentes a 9.049.320,7470 VRTE.

- Recomendar ao atual gestor: que aprimore os procedimentos de controle a fim de dirimir divergências entre prestações de contas mensais e anual (IN 68/2020); que evidencie na próxima prestação de contas, em Notas Explicativas ao arquivo DEMRAP, os ajustes relativos à inconsistência detectada nos registros relativos ao saldo de Restos a Pagar transportado exercício anterior (item 6.1 do RT 71/2021).

Por fim, considerando o descumprimento do prazo para envio da PCA, sugere-se a emissão de Acórdão com a aplicação de multa pecuniária ao Senhor THIAGO PEÇANHA LOPES.

Registre-se que consta juntado aos autos o protocolo 6701/2021, dando cumprimento à determinação contida no item 1.5 do Acórdão 1721/2019-5, Processo TC 3330/2019-2.

O Ministério Público de Contas manifestou-se por meio do Parecer Ministerial 05309/2021-2, da Lavra do eminente Procurador, Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, por meio do qual anui aos argumentos fáticos e jurídicos delineados na 75 - Instrução Técnica Conclusiva 04761/2021-7.

Após vieram os autos conclusos a este Relator.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O exame das presentes contas dá-se em cumprimento ao art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, c/c art. 71, inciso I e art. 71 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

Nos termos do art. 122, § 4º do Regimento Interno do TCEES, as contas do Prefeito Municipal são compostas pelo Balanço Geral do Município e demais documentos e informações exigidos em ato normativo do Tribunal, que no exercício em apreciação, encontra-se normatizado pela Instrução Normativa 43/2017, consolidando as contas das unidades gestoras: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapemirim; Prefeitura Municipal de Itapemirim; Câmara Municipal de Itapemirim; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Itapemirim; Fundo Municipal de Saúde de Itapemirim.

Considerando que essas contas individuais serão julgadas posteriormente, pode haver erros e irregularidades não detectados no nível consolidado que venham a ser constatados e julgados no futuro, em atendimento ao que dispõe o art. 71, inciso II, da Constituição Federal e art. 71 da Constituição Estadual.

O exame das contas dos Prefeitos, chefes do executivo municipal, é tarefa nobre, complexa e abrangente atribuída constitucionalmente¹ às Cortes de Contas, na medida que, por meio do parecer prévio subsidia a Câmara Municipal com elementos técnicos para que este Poder emita seu julgamento e, assim, exerça o controle externo a ela atribuído pela Constituição² e pela Orgânica Municipal.

Em cumprimento ao seu mandato constitucional e legal, e conforme estabelecem o *caput* e § 1º do art. 124 do Regimento Interno do TCEES, o parecer prévio consiste em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais

¹A Constituição da República do Brasil de 1988 e, conseqüentemente, a Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, reservaram ao Tribunal de Contas posição de relevo, dotando-o de amplas atribuições fiscalizadoras. Inserido no Título IV - Da Organização dos Poderes, Capítulo I - Do Poder Legislativo, e na Seção VI - Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial, o artigo 71 da Constituição do Estado do Espírito Santo define as competências do Tribunal de Contas e estabelece que o Controle Externo será exercido com o seu auxílio.

² Art. 31 da Constituição Federal 1988; art. 29 da Constituição Estadual e art. 15, Inciso V c/c art. 117.

de contabilidade aplicados à Administração Pública, bem como a observância dos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas.

Saliente-se que a opinião pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição se fundamenta nos critérios dispostos no art. 80 da Lei Orgânica do TCEES (LC 621/2012):

I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;

II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;

III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

Considerando o comando regimental, a análise da Prestação de Contas do Exercício de 2019 observou o escopo delimitado por meio da Resolução TC 297/2016 e alterações posteriores.

No que tange ao cumprimento dos limites previstos na legislação que fizeram parte do escopo de análise, os Relatórios Técnicos RT 0071/2021 e a Instrução Técnica Conclusiva 04761/2021-7 dão conta da observância de todos os limites.

2.1. DO MÉRITO.

Quanto às irregularidades constantes nos itens 4.1.2 e 7.4.1 do RT 71/2021-4 e 3.3.1.1 e 3.3.1.2 do RT 072/2021-9, independente de transcrição, **ratifico integralmente o posicionamento da área técnica** manifestado na Instrução Técnica Conclusiva 4761/2021-7, acolhido pelo Ministério Público de Contas (Pareceres MPC 05309/2021-2) tomando-o como razão de decidir para **afastar as irregularidades descritas no item 7.4.1 do RT 71/2021-2021-4; 3.3.1.1 e 3.3.1.2 do RT 072/2021-9** e para **manter no campo da ressalva** a irregularidade descrita no **item 4.1.2 do RT 71/2021-4**, nos termos da análise relatada na Instrução Técnica Conclusiva 0789/2020-5.

Quanto aos demais itens, passo a me posicionar.

2.1.1. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM FIM VEDADO POR LEI FEDERAL (item 4.3.7.1 do RT 71/2021-4 e item 2.2 da ITC 4761/2021-7).

Neste item, o Relatório técnico apontou ter sido constatado o pagamento de despesas relacionadas a vencimentos e vantagens fixas do quadro permanente, adicionada aos encargos trabalhistas e outras despesas afetas, no montante de R\$ 30.964.060,80, equivalentes a 9.049.320,7470 VRTE, passíveis de devolução à fonte de recursos nº 530, royalties do petróleo recebidos da união.

Ante a vedação contida no art. 8º da Lei federal 7.990/89, o gestor foi chamado a justificar-se que, em sua resposta, solicitou que este E. Tribunal de Contas que determine a devolução do recurso e alegou que no decorrer de 2020 foram adotadas providências cabíveis e não houve a utilização de tais recursos fora dos parâmetros legais.

Ao analisar a justificativa encaminhada pelo gestor em cotejo com o apontamento a Instrução Técnica de Recurso propôs a manutenção da irregularidade com determinação para que seja promovida a recomposição da conta bancária e da respectiva fonte de recursos no montante equivalente a 9.049.320,7470 VRTE, a ser comprovado na próxima prestação de contas encaminhada a este Tribunal de Contas.

Pois bem.

Da análise dos argumentos de defesa observa-se que o gestor não apresenta quaisquer elementos que justifiquem ou esclareçam o pagamento de despesas relacionadas a vencimentos e vantagens fixas do quadro permanente, adicionada aos encargos trabalhistas e outras despesas afetas, no montante de R\$ 30.964.060,80.

Também não comprova quais medidas foram adotadas para corrigir ou se houve a recomposição da fonte de recurso.

A Lei nº 7.990/1989 é clara ao vedar a aplicação dos recursos de royalties do petróleo para o pagamento de pessoal do quadro permanente, ressalvando o custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, como segue:

Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, **vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal.**

§ 1º As vedações constantes do caput **não se aplicam:**
(Redação dada pela Lei nº 12.858, de 2013)

I - ao pagamento de dívidas para com a União e suas entidades;
(Incluído pela Lei nº 12.858, de 2013)

II - ao custeio de **despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino**, especialmente na educação básica pública em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública. (Incluído pela Lei nº 12.858, de 2013)

§ 2º Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência.

Este também é o entendimento levado a termo no **Parecer Consulta TC 003/2017:**

...mantém-se o entendimento pela impossibilidade de utilização dos recursos oriundos dos royalties do petróleo para pagamento de pessoal permanente, exceto quando o custeio for relativo a despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública (art. 5º da Lei Federal nº 12.858/2013).
(g.n.)

Registro ainda que o presente apontamento também está presente na análise das Prestações de Contas Anual, exercício 2017 e 2018 (Processo TC 4040/2018-1 e 8681/2019), tendo sido mantida a irregularidade com determinação para a recomposição do valor aplicado indevidamente.

Assim, considerando que as justificativas apresentadas pelo responsável não foram suficientes para comprovar a regular aplicação dos recursos de royalties,

acompanho o entendimento técnico e ministerial e mantenho o presente indicativo de irregularidade com determinação que seja realizada a devolução da totalidade dos recursos financeiros utilizados para pagamento das despesas com pessoal, no montante equivalente a 9.049.320,7470 VRTE, à conta de recursos de royalties.

2.1.2. RESULTADO FINANCEIRO DAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIADO NO BALANÇO PATRIMONIAL É INCONSISTENTE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (*item 6.2 do RT 71/2021 e item 2.3 da ITC 4761/2021*)

Base legal: artigos 83, 84 e 89 da Lei Federal nº 4.320/64.

Em relação ao presente item de irregularidade apontou o RT 71/2021 ter sido verificada incompatibilidade nos resultados financeiros das fontes de recursos evidenciados no anexo ao Balanço Patrimonial (resultado financeiro por fontes de recursos). A incompatibilidade foi observada quando confrontado o resultado financeiro do balanço patrimonial com o Anexo 5, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, do Relatório de Gestão Fiscal, por fontes de recursos.

Ao apresentar suas justificativas o gestor esclareceu que foram empreendidas alterações no sistema informatizado, utilizado pelo município, no sentido de trazer a real evidenciação do Balanço Patrimonial e a disponibilidade de Caixa e encaminhou o anexo da disponibilidade de caixa e restos a pagar emitido com o sistema atualizado, para conforme alega, demonstrar que as inconsistências apontadas pela área técnica não existem.

Ao analisar as justificativas o NCONTAS (ITC 4761/2021-7) manifestou-se, em síntese, ressaltando a relevância para o setor público, do controle dos recursos nas fontes vinculadas, dado que os recursos públicos arrecadados não são todos de livre aplicação.

Em sua análise, observa o NCONTAS o que segue:

[...]

Convém observar que, especificamente neste exercício financeiro, foram considerados na tabela 35 do RT os valores informados nas contas correntes (BALANCORR) da PCM 13/2019, armazenados no CidadES, e não os valores contidos nos anexos encaminhados na PCA no formato .xml. Assim, a elaboração da Tabela 35 do RT restou prejudicada, pois a mesma apresenta dados divergentes encaminhados pelo município. Ademais, tendo em vista a alteração ocorrida na codificação das fontes, de 2018 para 2019, a convergência de denominação (de-para) não foi realizada corretamente, acarretando no registro indevido de disponibilidades e de restos a pagar em fonte de recurso diversa à de origem.

Isto posto, foram revistos os valores lançados pelo sistema no demonstrativo, considerando-se a disponibilidade de caixa bruta encaminhada na PCA, e foram identificados equívocos, restando incompatíveis os seguintes saldos por fontes de recursos:

Fonte de Recursos	Disponibilidade líquida	Superávit financeiro	Incompatibilidade
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 2.639.632,25	R\$ 1.933.691,54	-R\$ 705.940,71
112 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (60%)	R\$ 54.891,38	R\$ 40.011,91	-R\$ 14.879,47
410 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 199.058.249,59	R\$ 85.778.302,90	-R\$ 113.279.946,69

[...]

Em seguida o NCONTAS, considerando a relevância das divergências encontradas, opinou pela manutenção da irregularidade.

Observa-se que as justificativas trazidas aos autos não foram suficientes para esclarecer as divergências relevantes verificadas nas fontes 001 – RECURSOS ORDINÁRIOS e 410 – RECURSOS VINCULADOS AO RPPS, ALÉM DA DIVERGÊNCIA VERIFICADA NA FONTE 112 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (40%).

Dada a relevância das divergências, acompanho entendimento técnico para **manter a presente irregularidade.**

2.1.3. AUSÊNCIA DO PARECER EMITIDO PELO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA SAÚDE (item 8.4 do RT 71/2021 e item 2.1 da ITC 4761/2021-7)

Base legal: arts. 34 a 37 e 41 da Lei Complementar Federal 141/2012; Instrução Normativa TC 43/2017.

O Relatório Técnico 71/2021 aponta que a Lei Complementar 141/2012 atribuiu aos Conselhos de Saúde a competência para avaliar, a cada quadrimestre, o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução daquela Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas, encaminhando ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias. (LC 141/2012, art. 41)

Registra, ainda, o RT 71/2021 que em seu § 1º do art. 36, a LC 141/20212 determinou-se aos entes da Federação, a obrigatoriedade de comprovação de elaboração do relatório detalhado referido anteriormente, mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar.

Por sua vez, a Instrução Normativa TC 43/2017 disciplinou a obrigatoriedade de envio do **Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas** dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Todavia, o Relatório Técnico 71/2021 relata que não foi encaminhado junto a esta prestação de Contas o Parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da saúde sobre as contas do exercício em exame, a saber 2019.

Chamado aos autos o gestor responsável ficou-se em esclarecer que até a data de sua justificativa o Conselho Municipal de Saúde havia se recusado a emitir o referido parecer.

Ao analisar as justificativas a área técnica entendeu que “a justificativa apresentada carece de um maior detalhamento, especialmente quanto aos motivos que levaram o conselho a não emitir o parecer” e opinou pela manutenção da irregularidade.

Pois bem.

Também quanto a **este item de irregularidade acompanho o entendimento técnico para manter a presente irregularidade**, à vista da completa ausência de justificativas que permitam formar opinião quanto às razões que impediram a

emissão do referido parecer, se houve de fato ação positiva do gestor para que referido parecer fosse emitido. Trata-se de uma obrigação do gestor que por dever constitucional presta Contas, encaminhar a este Tribunal de contas os documentos requeridos para fins de Prestação de Contas e detalhados na Instrução Normativa TC 43/2017.

2.1.4. DIVERGÊNCIA ENTRE INVENTÁRIO ANUAL DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS (INVMOV) E O RESPECTIVO TERMO CIRCUNSTANCIADO (TERMOV) (item 3.3.2.1 do RT 72/2021 e item 2.8 da ITC 4761/2021)

Base legal: Lei 4.320/64, arts. 94 a 96.

Acerca deste item o Relatório Técnico aponta uma divergência de R\$ 191.703,16 (R\$ 1.686.899,66 – R\$ 1.495.196,50) relativo a bens em almoxarifado que, embora contabilizado, não foi reconhecido pela Comissão de Levantamento e Avaliação Patrimonial de Bens Móveis e Imóveis do Executivo Municipal, instituída e nomeada pela Portaria n. 196/2018.

Chamado a justificar-se o gestor alegou que houve um equívoco por parte da comissão de inventário de bens ao emitir o termo de inventário anual de bens de almoxarifado e a administração até a presente data não conseguiu providenciar a assinatura e encaminhamento do termo corrigido.

Ao analisar a justificativa apresentada o NCONTAS entendeu que apesar da justificativa apresentada, não houve comprovação dos argumentos do gestor e sugeriu a manutenção do indicativo de irregularidade.

Pois bem.

De fato, ao compulsar os autos não se verifica documentos que comprovem a justificativa do gestor de que houve erro por parte da comissão de inventário. Por esta razão, acompanho o entendimento técnico pela **manutenção da irregularidade**.

Contudo, há que se mensurar a interferência de tais valores nas decisões econômicas e financeiras dos usuários destas informações, ou seja, é necessário cotejar a materialidade da mesma desta informação.

O Manual de Auditoria Financeira do TCU^[1] assim define materialidade:

[...]

222. O conceito de materialidade é utilizado para estabelecer o nível ou níveis a partir do qual as distorções serão consideradas relevantes para a auditoria, limites a partir dos quais o auditor considerará que as informações apresentam distorções relevantes.

223. A materialidade é definida como a maior distorção, dentro de uma população, que o auditor está disposto a aceitar (distorção tolerável), levando em conta as necessidades de informação dos usuários previstos. Representa, pois, a magnitude (ou o tamanho) de uma distorção, incluindo omissão, de um item (informação) em uma demonstração financeira que, à luz das circunstâncias, individualmente ou de maneira agregada, pode influenciar as decisões econômicas dos usuários das informações (GAO, 2008).

Neste sentido, verifico que a divergência apontada entre o relatório circunstanciado e o valor constante do Balanço Patrimonial e Inventário é de R\$ 191.703,16, que quando considerado em relação ao Ativo Total da Prefeitura Municipal (R\$ 2.323.116.115,82) representa 0,0083%, ou seja, é pouco representativo

Desta forma, **entendo que a presente irregularidade por si só não é capaz de macular as presentes contas**, tendo em vista que tal valor mostra-se de baixíssima materialidade e não distorce de maneira relevante a informação produzida

2.1.5. DIVERGÊNCIA ENTRE INVENTÁRIO ANUAL DE BENS PATRIMONIAIS INTANGÍVEIS (INVINT) E O RESPECTIVO TERMO CIRCUNSTANCIADO (TERINT) (item 3.3.2.2 do RT 72/2021 e item 2.9 da ITC 4761/2021)

Base legal: Lei 4.320/64, arts. 94 a 96.

[1]Tribunal de Contas da União. **Manual de Auditoria Financeira. 2015. Disponível em <<https://portal.tcu.gov.br/manual-de-auditoria-financeira.htm>>Adotado por esta corte como manual de Fiscalização.**

Em relação a este item o Relatório Técnico apontou um saldo de R\$ 42.900,00 (R\$ 42.900,00 – R\$ 0,00) relativo a bens intangíveis que, embora contabilizado, não foi reconhecido pela Comissão de Levantamento e Avaliação Patrimonial de Bens Móveis e Imóveis do Executivo Municipal, instituída e nomeada pela Portaria n. 196/2018.

Também quanto a este item o gestor alegou apenas que houve um equívoco por parte da comissão de inventário de bens ao emitir o termo de inventário anual de bens de almoxarifado e a administração até a presente data não conseguiu providenciar a assinatura e encaminhamento do termo corrigido.

Ao analisar as justificativas a área técnica (ITC 4761/2021-7) refutou os argumentos de defesa e propôs manter a irregularidade.

Pois bem.

Registre-se que a divergência apontada entre o relatório circunstanciado e o valor constante do Balanço Patrimonial e Inventário é de R\$ 42.900,00, que quando considerado em relação ao Ativo Total da Prefeitura Municipal (R\$ 2.323.116.115,82) representa 0,0018%

Desta forma, assim como no item anterior deste voto (2.1.4) e pelas mesmas razões de direito,, mantenho a irregularidade, haja vista que não há nos autos documentos que comprovem a justificativa do gestor, todavia entendo que a divergência apontada é materialmente irrelevante, não sendo capaz de distorcer de maneira relevante a informação produzida, razão pela qual **entendo que a presente irregularidade por si só não é capaz de macular as presentes contas.**

2.1.6. DEFICIÊNCIAS NA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (ITEM 4.1 DO RT 53/2021-6 E ITEM 2.1 DA MANIFESTAÇÃO TÉCNICA 1389/2021-4, ACOLHIDA PELA ITC 4761/2021-7)

Base normativa: art. 40, caput, da Constituição Federal; art. 9º, inc. IV, da Lei Federal 9.717/1998; e, arts. 27 e 28 da Portaria MPS 402/2008.

Em resumo bastante sintético, em relação ao presente item o Relatório Técnico 53/2021-6 apontou que em consulta ao Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social – CADPREV, identificou-se deficiência relacionada à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Itapemirim, que na data da elaboração do RT 53/2021 estava vencido desde 08/07/2017.

Chamado a justificar-se o gestor esclarece que no decorrer do exercício de 2021 estava adotando medidas para a regularização do CRP, tais como pedido de parcelamento de débitos das obrigações patronais.

Alega também que foi realizado aporte para cobertura de déficit atuarial da competência 2020 e que na data da resposta todas as obrigações com o IPREVITA estavam regulares.

Ao analisar as justificativas a área técnica refutou os argumentos de defesa, com base, em síntese, nos seguintes argumentos:

- O pedido de parcelamento não fora anexado, como afirma a defesa;
- Consta dos autos tão somente de consulta a GESCON - Gestão de Consultas da Secretaria de Políticas de Previdência Social acerca de dúvidas relacionadas a possibilidade de realização do supracitado parcelamento;
- Quanto ao aporte, necessário esclarecer que dentre os documentos enviados consta tão somente um extrato do Banestes (Peça complementar 27232/2021-4) onde é possível observar a transferência de recursos para o IPREVITA, mas sem qualquer informação que permita aferir tratar-se da quantia devida ou mesmo de recursos destinados a cobertura do referido aporte;
- não foram apresentados dados ou demonstrativos que possibilitem constatar que todas as obrigações do Executivo para com o IPREVITA estejam regulares;

- Não foram apresentados esclarecimentos para a situação irregular observada no extrato de regularidade do CADPREV quanto aos seguintes critérios: Análise da Legislação; Equilíbrio Financeiro e Atuarial; Envio de Informações Contábeis; Informações Previdenciárias e Repasses; e, Investimentos dos Recursos Previdenciário;
- Na consulta ao na consulta ao CADPREV em 08/2021 (considerando a data da MT no sistema E-tcees), o CRP do Município de Itapemirim se mantinha com sua situação vencida desde 08/07/2017.

Pois bem.

Compulsando os autos observo que embora citado para justificar a situação irregular observada no Município em relação ao Certificado de Regularidade Previdenciário que permanecia vencido a mais de dois anos, o gestor não trouxe aos autos justificativas que permitissem formar opinião quanto ao fato e, quanto a adoção de medidas alegadas pelo gestor, o mesmo não trouxe documentos hábeis à sua comprovação, conforme explicita a análise técnica contida na Manifestação Técnica 1389/2021-4, acolhida pela ITC 4761/2021-7.

Na apreciação deste item, deve-se considerar a importância deste Certificado para o Ente Municipal, que, neste caso, ao longo dos exercícios em que esteve impedido de emití-lo ficou sem acesso aos recursos **juntos aos órgãos e entidades federais**.

Assim, à vista do potencial efeito lesivo às finanças públicas e, conseqüentemente aos munícipes, não há dúvidas de que seria necessária a clara identificação das causas dos impedimentos para emissão do referido Certificado de Regularidade Previdenciário e a comprovação de adoção das necessárias ações positivas da gestão para a solução dos problemas. O que não se verifica nas justificativas apresentadas nestes autos.

Ante o exposto, entendo que o gestor foi omissos em relação a matéria, razão pela qual acolho o entendimento técnico, tornando-o parte desta fundamentação, independente de transcrição e **mantenho o presente indicativo de irregularidade**.

Por fim, quanto a sanção em multa pecuniária em razão do descumprimento de **prazo** para envio da PCA, sou de opinião divergente àquela defendida pela Área Técnica.

Embora assista razão à área técnica quanto ao atraso, há que analisar o caso concreto para verificar não apenas a tempestividade do envio da PCA, mas também se seu eventual atraso acarretou em prejuízos à administração ou ao exame das contas anuais, bem como se tal fato decorreu de má fé. De pronto observo que a má-fé não está evidenciada nos autos. Ademais, a meu sentimento o curto **prazo** de atraso do envio da PCA (8 dias) não trouxe prejuízo nem mesmo aos **prazos** processuais deste Tribunal de Contas, visto que a mesma pode ser examinada e julgada dentro dos **prazos** normatizados. O **prazo** para seu julgamento, conforme a Resolução 300/2021 é 23 de julho de 2022.

Ante o exposto, divergindo parcialmente³ do entendimento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Parecer Prévio que submeto à sua consideração

SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Conselheiro relator

1. PARECER PRÉVIO TC-027/2022:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda

³ Apenas com relação aos itens 3.3.2.1 e 3.3.2.2 do RT 72/2021, os quais mantenho sem a gravidade para macular as contas, nos termos dos itens 2.1.5 e 2.1.6 deste voto.e quanto a multa pelo atraso na remessa da PCA..

Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. AFASTAR os seguintes indicativos de irregularidades:

- a. Inscrição de restos a pagar não processados sem disponibilidade financeira suficiente (item 7.4.1 do RT 71/2021);
- b. Ausência de extratos bancários (item 3.3.1.1 do RT 72/2021);
- c. Saldo de contas bancárias evidenciadas no termo de verificação das disponibilidades diverge do valor demonstrado nos extratos bancários (item 3.3.1.2 do RT 72/2021);

1.2. MANTER, sem o condão de macular as contas as seguintes irregularidades:

- a. Abertura de créditos adicionais suplementares sem fonte de recurso (item 4.1.2 do RT 71/2021);;
- b. Divergência entre inventário anual de bens patrimoniais móveis (invmov) e o respectivo termo circunstanciado (termov) (item 3.3.2.1 do RT 72/2021);
- c. Divergência entre inventário anual de bens patrimoniais intangíveis (invint) e o respectivo termo circunstanciado (terint) (item 3.3.2.2 do RT 72/2021).

1.3. Emitir PARECER PRÉVIO, dirigido à Câmara Municipal de Itapemirim, recomendando a **REJEIÇÃO** da Prestação de Contas do senhor **Thiago Peçanha Lopes**, Prefeito no exercício de 2019, conforme dispõem o inciso III, do art. 132 da Resolução TCEES 261/2013 e o inciso III, do art. 80, da Lei Complementar 621/2012, em razão da manutenção das seguintes irregularidades:

- a. Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei federal (item 4.3.7.1 do RT 71/2021);

b. Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (item 6.2 do RT 71/2021);

c. Ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde (item 8.4 do RT 71/2021);

d. Deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária. (Item 4.1 do RT 53/2021);

1.4. DETERMINAR ao Poder Executivo Municipal, comprovando-se na próxima prestação de contas anual, a observância do art. 43 da Lei 4320/1964; e que promova e comprove, na próxima prestação de contas anual, a recomposição da conta bancária e da respectiva fonte de recursos de *royalties*, no montante R\$ 30.964.060,80, correspondentes a 9.049.320,7470 VRTE.;

1.5. RECOMENDAR ao Poder Executivo Municipal, que aprimore os procedimentos de controle a fim de dirimir divergências entre prestações de contas mensais e anual (IN 68/2020); que evidencie na próxima prestação de contas, em Notas Explicativas ao arquivo DEMRAP, os ajustes relativos à inconsistência detectada nos registros relativos ao saldo de Restos a Pagar transportado exercício anterior (item 6.1 do RT 71/2021).

1.6. Dar ciência aos interessados;

1.7. Após o trânsito em julgado, **arquite-se**.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 25/02/2022 – 7ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente/relator), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUCIANO VIEIRA

Em substituição ao procurador-geral

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

Subsecretária das Sessões



Parecer Prévio 00100/2022-5 - Plenário

Processos: 02333/2022-4, 03331/2020-1, 03330/2020-6

Classificação: Recurso de Reconsideração

UG: PMI - Prefeitura Municipal de Itapemirim

Relator: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Recorrente: THIAGO PECANHA LOPES

Procuradores: GREGORIO RIBEIRO DA SILVA (OAB: 16046-ES), ALTAMIRO THADEU FRONTINO SOBREIRO (OAB: 15786-ES)

**RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – PARECER
PRÉVIO TC 27/2022- 2ª CÂMARA – PREFEITURA
MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM – EXERCÍCIO 2019 -
CONHECER – NEGAR PROVIMENTO – CIÊNCIA –
ARQUIVAMENTO.**

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO:

I - RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso de Reconsideração** interposto pelo senhor **THIAGO PECANHA LOPES**, em face do Parecer Prévio TC 0027/2022 - 2ª Câmara, prolatado nos autos do processo TC 3330/2020, que cuja parte dispositiva abaixo se transcreve:

1. PARECER PRÉVIO TC-027/2022:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. AFASTAR os seguintes indicativos de irregularidades:

- a. Inscrição de restos a pagar não processados sem disponibilidade financeira suficiente (item 7.4.1 do RT 71/2021);
- b. Ausência de extratos bancários (item 3.3.1.1 do RT 72/2021);
- c. Saldo de contas bancárias evidenciadas no termo de verificação das disponibilidades diverge do valor demonstrado nos extratos bancários (item 3.3.1.2 do RT 72/2021);

1.2. MANTER, sem o condão de macular as contas as seguintes irregularidades:

- a. Abertura de créditos adicionais suplementares sem fonte de recurso (item 4.1.2 do RT 71/2021);;
- b. Divergência entre inventário anual de bens patrimoniais móveis (invmov) e o respectivo termo circunstanciado (termov) (item 3.3.2.1 do RT 72/2021);
- c. Divergência entre inventário anual de bens patrimoniais intangíveis (invint) e o respectivo termo circunstanciado (terint) (item 3.3.2.2 do RT 72/2021).

1.3. Emitir PARECER PRÉVIO, dirigido à Câmara Municipal de Itapemirim, recomendando a **REJEIÇÃO** da Prestação de Contas do senhor **Thiago Peçanha Lopes**, Prefeito no exercício de 2019, conforme dispõem o inciso III, do art. 132 da Resolução TCEES 261/2013 e o inciso III, do art. 80, da Lei Complementar 621/2012, em razão da manutenção das seguintes irregularidades:

- a. Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei federal (item 4.3.7.1 do RT 71/2021);
- b. Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (item 6.2 do RT 71/2021);
- c. Ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde (item 8.4 do RT 71/2021);
- d. Deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária. (Item 4.1 do RT 53/2021);

1.4. DETERMINAR ao Poder Executivo Municipal, comprovando-se na próxima prestação de contas anual, a observância do art. 43 da Lei 4320/1964; e que promova e comprove, na próxima prestação de contas anual, a recomposição da conta bancária e da respectiva fonte de recursos de *royalties*, no montante R\$ 30.964.060,80, correspondentes a 9.049.320,7470 VRTE.;

1.5. RECOMENDAR ao Poder Executivo Municipal, que aprimore os procedimentos de controle a fim de dirimir divergências entre prestações de contas mensais e anual (IN 68/2020); que evidencie na próxima prestação de contas, em Notas Explicativas ao arquivo DEMRAP, os ajustes relativos à inconsistência detectada nos registros relativos ao saldo de Restos a Pagar transportado exercício anterior (item 6.1 do RT 71/2021).

1.6. Dar ciência aos interessados;

1.7. Após o trânsito em julgado, archive-se.

[...]

Por meio da **Decisão Monocrática 0392/2022** (peça 25), realizei o juízo de admissibilidade recursal, encaminhando o feito para a área técnica para instrução.

Após a devida análise, manifestou-se a área técnica pelo conhecimento e não provimento, por meio da **Instrução Técnica de Recurso 249/2022-3** (peça 28).

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas, por meio do procurador Heron de Oliveira, por meio do **Parecer 2294/2022-2** (peça 32), acompanhou a área técnica.

Durante a 40ª Sessão Plenária foi realizada sustentação oral recorrente, com juntada de petição intercorrente 643/2022, anexando o vídeo da defesa oral 116/2022, sendo o processo retirado de pauta e por minha determinação, encaminhado à área técnica para manifestação, analisando se a defesa oral proferida tem o condão de afastar as conclusões exaradas na ITR deste processado.

Através da Manifestação Técnica de Defesa Oral 50/2022 (peça 40), o Núcleo de Controle Externo de Recursos e Consultas – NRC, manifestou-se da seguinte forma:

Por todo o exposto, tendo em vista que as argumentações apresentadas pelo procurador do senhor Thiago Peçanha Lopes, em sede de sustentação oral não foram suficientes para ensejar qualquer mudança de entendimento ou conclusão, **reitera-se in totum a análise e conclusão contidas na Instrução Técnica de Recurso ITR 0429/2022, que pugnou pelo CONHECIMENTO** do presente recurso e, no mérito, pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, mantendo os exatos termos do Parecer Prévio 0027/2022-2ª Câmara.

Instado novamente a se manifestar, o Ministério Público de Contas, por meio do procurador Heron de Oliveira, por meio do **Parecer 4111/2022-1** (peça 44), acompanhou a área técnica.

Assim instruídos vieram-me os autos para emissão de voto.

É o relatório.

I. ADMISSIBILIDADE

O juízo de admissibilidade foi realizado na **Decisão Monocrática 0392/2022** (peça 25).

Diante do Exposto, **CONHEÇO** do Recurso de Reconsideração ora interposto.

II. FUNDAMENTOS

III.1 MÉRITO

Verifico que o presente recurso se reporta à irregularidade das contas da Prefeitura Municipal de Itapemirim, exercício de 2009, em que foi emitido, por teste Tribunal, o Parecer Prévio 0027/2022 – 2ª Câmara, que recomendou à Câmara Municipal de Itapemirim a REJEIÇÃO da Prestação de Contas do senhor Thiago Peçanha Lopes, Prefeito de Itapemirim, em razão das seguintes irregularidades:

- a. Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei federal (item 4.3.7.1 do RT 71/2021);
- b. Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (item 6.2 do RT 71/2021);
- c. Ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde (item 8.4 do RT 71/2021);
- d. Deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária. (Item 4.1 do RT 53/2021).

Analisaremos as irregularidades de forma individualizada para melhor compressão e didática.

a. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM FIM VEDADO POR LEI FEDERAL (item 4.3.7.1 do RT 71/2021-4 e item 2.2 da ITC 4761/2021-7).

O recorrente se manifesta em suas razões, invocando os seguintes argumentos:

O parecer prévio considerou, em trecho de págs. 06/08, que os gastos no montante de R\$ 30.964.060,80 (trinta milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, sessenta reais e oitenta centavos), equivalentes a

9.049.320,7470 VRTE, teriam sido empregados em vencimentos e vantagens fixas do quadro permanente, bem como em encargos trabalhistas e outras despesas afetas, sem justificativas ou correções que demonstrassem a recomposição da fonte de recurso:

“Da análise dos argumentos de defesa observa-se que o gestor não apresenta quaisquer elementos que justifiquem ou esclareçam o pagamento de despesas relacionadas a vencimentos e vantagens fixas do quadro permanente, adicionada aos encargos trabalhistas e outras despesas afetas, no montante de R\$ 30.964.060,80.

Também não comprova quais medidas foram adotadas para corrigir ou se houve a recomposição da fonte de recurso.

[...]

Assim, considerando que as justificativas apresentadas pelo responsável não foram suficientes para comprovar a regular aplicação dos recursos de royalties, acompanho o entendimento técnico e ministerial e mantenho o presente indicativo de irregularidade com determinação que seja realizada a devolução da totalidade dos recursos financeiros utilizados para pagamento das despesas com pessoal, no montante equivalente a 9.049.320,7470 VRTE, à conta de recursos de royalties.” [grifo nosso]

De forma a explicitar que não foram gastos recursos dos royalties no quadro de pessoal permanente, passa o Recorrente a tecer as seguintes considerações.

O Relatório Técnico 00071/2021-4 baseou-se nas informações contidas no documento denominado “Apêndice A-1”, para considerar as despesas apontadas como indevidas e irregulares. Entretanto, após minucioso levantamento nos sistemas informatizados da Folha de Pagamento e de Contabilidade utilizados pelo Município de Itapemirim, foi identificado de forma contábil e técnica que o montante apurado no total de R\$ 30.964.060,80 (trinta milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, sessenta reais e oitenta centavos), como supostamente aplicado em fim vedado ou não permitido por lei federal, não se coaduna com os dados reais e informações existentes, conforme se poderá depreender das justificativas abaixo e documentos em anexo.

A planilha em anexo (doc. 02) extraída do Apêndice A- 1 – GASTOS NA FONTE DE RECURSOS 530 – ROYALTIES do Relatório Técnico 00071/2021-4, págs. 57/74, se refere à despesa com pessoal, Elemento 319011 - funções 03, 04 e 10.

Acontece, porém, que há evidente equívoco que deve ser esclarecido, porque afeta inteiramente o resultado da classificação contábil e, por consequência, todo o Relatório Técnico sobre o qual serviu de fundamentação ao parecer prévio recorrido.

Em referência à planilha “Apêndice A-1 – GASTOS NA FONTE DE RECURSOS 530 – ROYALTIES”, uma vez procedido o desmembramento das despesas contabilizadas no Elemento Despesa 31901100000 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL, no valor de R\$ 9.774.987,58 (nove milhões, setecentos e setenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), torna-se intransponível a constatação de que o montante de R\$ 44.613,21 (quarenta e quatro mil, seiscentos e treze reais e vinte e um centavos) refere-se a despesa de pessoal contratado por tempo determinado, conforme documento em anexo (doc. 03).

Houve equívoco na contabilização da despesa, erroneamente classificada e empenhada no Elemento de Despesa 31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL -, quando deveria ter sido contabilizada no Elemento de Despesa correto, ou seja, 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Ante tais circunstâncias, deve ser desconsiderada a importância de R\$ 44.613,21 (quarenta e quatro mil, seiscentos e treze reais e vinte e um centavos) do montante de R\$ 30.964.060,80 (trinta milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, sessenta reais, e oitenta centavos), restando-se o valor de R\$ 30.919.447,59 (trinta milhões, novecentos e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais, e cinquenta e nove centavos) a esclarecer.

A planilha em anexo (doc. 04) extraída do Apêndice A- 1 – GASTOS NA FONTE DE RECURSOS 530 – ROYALTIES do Relatório Técnico 00071/2021-4, págs. 74/81, no Elemento de despesa 31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.

Acontece que também nesse caso, depois de acurada análise dos dados e informações contidas nos documentos físicos, constatou-se que do valor exposto no referido elemento e planilha, do montante de R\$ 3.425.740,99 (três milhões quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta reais e noventa e nove centavos), apontados no Parecer Prévio, o total de R\$ 2.368.139,11 (dois milhões trezentos e sessenta e oito mil, cento e trinta e nove reais e onze centavos) refere-se a despesas com Obrigações Patronais (INSS) inerentes às obrigações correlacionadas de contratação por tempo determinado (Elemento de Despesa com Obrigações Patronais (INSS) 319013000).

Tais gastos não se confundem com os elementos de despesas destinados ao pagamento obrigações patronais (IPREVITA) relacionados a Servidores do Quadro Efetivo desta Administração Pública, conforme tabela abaixo:

INSS PATRONAL CONTRATO		
2019		
MÊS	DEMAIS SECRETARIAS	SAÚDE
JANEIRO	R\$ 55.513,07	
FEVEREIRO	R\$ 230.342,41	
MARÇO	R\$ 180.806,49	
ABRIL	R\$ 199.658,77	
MAIO	R\$ 188.182,62	
JUNHO	R\$ 187.384,46	
JULHO	R\$ 191.596,23	
AGOSTO	R\$ 169.294,43	
SETEMBRO	R\$ 178.233,41	
OUTUBRO	R\$ 170.036,91	R\$ 118.902,03
NOVEMBRO	R\$ 321.549,49	R\$ 176.213,00
DEZEMBRO	-	R\$ 425,79
SUBTOTAL	R\$ 2.072.598,29	R\$ 295.540,82
TOTAL		R\$ 2.368.139,11

Do valor de R\$ 30.919.447,59 (trinta milhões, novecentos e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais, e cinquenta e nove centavos), entende o Recorrente que deverá ser subtraído o valor de R\$ 2.368.139,11 (dois milhões trezentos e sessenta e oito mil, cento e trinta e nove reais e onze centavos) conforme regularidade acima demonstrada, restando, após a observação do exposto neste tópico, a análise do valor remanescente de R\$ 28.551.308,48 (vinte e oito milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, trezentos e oito reais e quarenta e oito centavos).

Continuando nos esclarecimentos dos valores, passa-se à planilha em anexo (doc. 05) extraída do Apêndice A-1 – GASTOS NA FONTE DE RECURSOS 530 – ROYALTIES do Relatório Técnico 00071/2021-4, págs. 82/85, no Elemento de despesa 31909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, com o montante de R\$ 961.071,82 (novecentos e sessenta e um mil, setenta e um reais e oitenta e dois centavos). O valor de R\$ 72.376,45 (setenta e dois mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) refere-se ao pessoal contratado por tempo determinado, assim como o valor de R\$ 245,29 (duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos), que se refere a pagamento de despesa de SAAE (Água/Esgoto) contabilizados em Elemento de Despesa equivocado.

Para comprovação da alegação e, por consequência, o devido saneamento do apontamento, segue documentos em anexo (doc. 06), que no entender do Recorrente têm o condão de restabelecer a verdade dos fatos, saneando os equívocos de lançamento e consequente análise, no montante de R\$ 72.621,74 (setenta e dois mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos), por se tratar de despesas aplicadas em conformidade com o art. 8º da Lei n. 7.990/1989 e equivocadamente classificada contabilmente de forma errônea.

No mesmo diapasão, a planilha em anexo (doc. 07) extraída do Apêndice A-1 – GASTOS NA FONTE DE RECURSOS 530 – ROYALTIES do Relatório Técnico 00071/2021-4, págs. 81/82, no Elemento de despesa 31901600000 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL, que se refere ao pagamento do abono especial aos servidores.

Faz-se indispensável esclarecer que do valor total de R\$ 2.988.000,00 (dois milhões e novecentos e oitenta e oito mil reais), o montante de R\$ 688.000,00 (seiscentos e oitenta e oito mil reais), refere-se exclusivamente a despesa de pessoal contratado por tempo determinado, conforme se pode ver do documento em anexo (doc. 08), tudo realizado com estribo e fundamento na Lei Municipal específica Lei n. 2.871/2015.

Dessa forma, para que se restabeleça a verdade fática, pede-se seja desconsiderada a importância de R\$ 688.000,00 (seiscentos e oitenta e oito mil reais).

Em continuidade, a planilha em anexo (doc. 09) extraída do Apêndice A-1 – GASTOS NA FONTE DE RECURSOS 530 – ROYALTIES do Relatório Técnico 00071/2021-4, págs. 85/86, no Elemento de despesa 33904600000 – Auxílio-alimentação, que atinge o importante total de R\$ 13.232.424,85 (treze milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Na tabela acima, do valor empenhado de R\$ 13.232.424,85 (treze milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte quatro reais e oitenta e cinco centavos), a importância de R\$ 4.133.146,92 (quatro milhões, cento e trinta e três mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos) refere-se a despesa com pessoal de contrato temporário conforme anexo (Elemento 3.3.90.46 - CONTRATADOS), e o montante de R\$ 651.535,47 (seiscentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos) se trata de despesa com Auxílio Alimentação da Educação Básica da Secretaria de Educação, conforme se pode ver do Anexo (Elemento 3.3.90.46 - EDUCAÇÃO FUNÇÃO 04), conforme documento em anexo (doc. 10).

Objetivando a regularidade da prestação de contas, o Município, no atendimento aos princípios que regem a Administração Pública, já tomou a iniciativa de realizar restituição da Fonte de Recursos Ordinários para fonte de Royalties de Petróleo no ano de 2019, no valor de R\$ 1.156.845,36 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), antes da elaboração do Relatório Técnico

0759/2019-6, conforme documento em anexo (doc. 11), demonstrando a boa-fé e observação ao princípio da prudência e a plena regularidade das contas.

Remanesce, pois, após a observação das informações supramencionadas e a diferença entre os valores restituídos no ano de 2019, o montante de R\$ 21.849.158,99 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos).

De se repetir que o Município procedeu à aplicação, na manutenção e desenvolvimento do ensino, com recursos destinados aos limites constitucionais, um montante de R\$ 28.608.619,55 (vinte e oito milhões, seiscentos e oito mil, seiscentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente ao percentual de 28,30% da arrecadação própria, superando em muito o limite mínimo de 25% previsto em lei, e que corresponde ao valor de R\$ 25.272.632,11 (vinte e cinco milhões, duzentos e setenta e dois mil trezentos, seiscentos e trinta e dois reais e onze centavos), ou seja, um excedente de 3,3 % de aplicação, correspondente a R\$ 3.335.987,44 (três milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), demonstrando o zelo do gestor quanto a boa e eficiente utilização dos recursos públicos no que se refere a ações e desenvolvimento do ensino.

Com a mesma finalidade, foram aplicados em ações e serviços públicos de saúde, o montante de R\$ 22.862.784,47 (vinte e dois milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), correspondente ao percentual de 23,06% da arrecadação própria, superando o limite mínimo de 15% previsto em lei, e que corresponde ao valor de R\$ 14.871.715,83 (quatorze milhões oitocentos e setenta e um mil, setecentos e quinze reais e oitenta e três centavos), ou seja, um excedente de 8,06 % de aplicação, correspondente a R\$ 7.991.068,64 (sete milhões novecentos e noventa e um mil, sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), comprovando mais uma vez a seriedade e o empenho do gestor quanto a boa utilização dos recursos públicos em ações de saúde.

Ainda que as justificativas e documentos apresentados, porventura não atendam inteiramente as expectativas dessa Corte, é justo que se considere o valor excedido de R\$ 3.335.987,44 (três milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, e de R\$ 7.991.068,64 (sete milhões novecentos e noventa e um mil, sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) em ações e serviços públicos de saúde, totalizando R\$ 11.327.056,08 (onze milhões, trezentos e vinte e sete mil, cinquenta e seis reais e oito centavos), à título de recomposição a conta específica dos royalties do petróleo, sanando totalmente a ideia de irregularidade no uso dos referidos recursos. Em resumo, tem-se o seguinte:

Item	Valor
Relatório técnico TCEES	R\$30.964.060,80
Deduções	
Contratos Temporário	R\$ 4.938.136,58
Obrigações Patronais sobre Contratos Temporários	R\$ 2.368.139,11
Auxílio Alimentação da Educação Básica da Secretaria de Educação	R\$ 651.535,47
Transferências de recursos ordinários para royalties	R\$1.156.845,36
Aplicação acima do limite constitucional com recursos próprios em ações e desenvolvimento do ensino	R\$3.335.987,43
Aplicação acima do limite constitucional com recursos próprios em ações de saúde	R\$7.991.068,64
Pagamento de despesa de SAAE	R\$245,29
Saldo	10.522.102,91

Pede-se, dessa forma, o provimento do recurso de reconsideração, de forma a afastar a irregularidade.

A área técnica manifesta-se na **Instrução Técnica de Recurso 248/2022**, nos seguintes termos:

A presente irregularidade consiste no fato de que os gastos no montante de R\$ 30.964.060,80 (trinta milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, sessenta reais e oitenta centavos), equivalentes a 9.049.320,7470 VRTE, teriam sido empregados em vencimentos e vantagens fixas do quadro permanente, bem como em encargos trabalhistas e outras despesas afetas, sem justificativas ou correções que demonstrassem a recomposição da fonte de recurso.

O recorrente argumenta que não foram gastos recursos dos royalties no quadro de pessoal permanente, pois o levantamento no sistema de folha de pagamentos da municipalidade não se coaduna com os dados reais e existentes.

Para tanto informa que a planilha – ID. 04 – peça complementar 14912/2022 - se refere a despesa com pessoal na função 03, 04 e 10, e que o ID.05–peça complementar 14913/2022, são valores de pessoal por prazo determinado.

Exalta o recorrente que houve equívoco na contabilização de despesas de pessoal fixo, quando na verdade deveria ter sido empenhada e liquidada em pessoal com contratação por tempo determinado.

O recorrente requer a desconsideração de valores contabilizados equivocadamente, para ao final confirmar que realmente a municipalidade usou indevidamente os recursos do Royalties de Petróleo de forma irregular, conforme trecho de sua explanação neste recurso:

Objetivando a regularidade da prestação de contas, o Município, no atendimento aos princípios que regem a Administração Pública, já tomou a iniciativa de realizar restituição da Fonte de Recursos Ordinários para fonte de Royalties de Petróleo no ano de 2019, no valor de R\$ 1.156.845,36 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), antes da elaboração do Relatório Técnico 0759/2019-6, conforme documento em anexo (doc. 11), demonstrando a boa-fé e observação ao princípio da prudência e a plena regularidade das contas.

Remanesce, pois, após a observação das informações supramencionadas e a diferença entre os valores restituídos no ano de 2019, o montante de R\$ 21.849.158,99 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos).

Desta feita, da irregularidade de R\$ 30.964.060,80 a municipalidade somente tenta explicar que regularizou R\$ 9.114.901,81, e ainda continua a pendente de devolução a importância de R\$ 21.849.158,99, para tanto justifica que aplicou em educação e saúde em limite superior ao mínimo determinado pela Constituição Federal, que mesmo assim, faltaria a para ser devolvido o valor de R\$ 10.522.102,91.

Item	Valor
Relatório técnico TCEES	R\$30.964.060,80
Deduções	
Contratos Temporário	R\$ 4.938.136,58
Obrigações Patronais sobre Contratos Temporários	R\$ 2.368.139,11
Auxílio Alimentação da Educação Básica da Secretaria de Educação	R\$ 651.535,47
Transferências de recursos ordinários para royalties	R\$1.156.845,36
Aplicação acima do limite constitucional com recursos próprios em ações e desenvolvimento do ensino	R\$3.335.987,43
Aplicação acima do limite constitucional com recursos próprios em ações de saúde	R\$7.991.068,64
Pagamento de despesa de SAAE	R\$245,29
Saldo	10.522.102,91

Ora, com o devido respeito, a proposta do Recorrente é descabida e imoral. Além de gastar indevidamente mais de 30 milhões de reais, não fez a devolução integral desses valores para as fontes corretas e ainda ficaria um débito de mais de 10 milhões de reais.

A Lei nº 7.990/1989 é clara ao vedar a aplicação dos recursos de royalties do petróleo para o pagamento de pessoal do quadro permanente, ressalvando o custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, e quitação de dívidas com a União ou compensações financeiras previdenciárias.

Cabe registro que o presente apontamento também está presente na análise das Prestações de Contas Anual, exercício 2017 e 2018 (Processo TC 4040/2018-1 e 8681/2019), tendo sido mantida a irregularidade com determinação para a recomposição do valor aplicado indevidamente, sendo recorrente a irregularidade no ente federativo, inclusive com recursos negados, em especial no processo 4422/2020 por meio do Parecer Prévio 0105/2021, do mesmo recorrente:

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM – EXERCÍCIO DE 2017 – CONHECIMENTO – DAR PROVIMENTO PARCIAL – MANTER A REJEIÇÃO DAS CONTAS – UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS DE ROYALTIES DE PETRÓLEO EM DESPESAS COM PESSOAL – DETERMINAÇÃO – CIÊNCIA ARQUIVAMENTO.

Desta feita, opinamos pelo improvidamento do recurso no ponto.

Pois bem.

Cinge-se a presente irregularidade na aplicação indevida de recurso provenientes dos royalties do petróleo no valor equivalente a 9.049.7470 VRTE, no pagamento de vencimentos e vantagens fixas do quadro permanente de pessoal, sem justificativas capazes de demonstrar a recomposição da fonte de recurso.

O recorrente argumenta que não foram gastos recursos dos royalties no quadro de pessoal permanente, pois o levantamento no sistema de folha de pagamentos da municipalidade não se coaduna com os dados reais e existentes.

Segundo o recorrente, houve equívoco na contabilização de despesas de pessoal fixo, quando na verdade deveria ter sido empenhada e liquidada em pessoal com contratação por tempo determinado e para isso apresenta a documentação juntada como peça complementar 14912/2002 e 14913/2022.

A área técnica informa que o gasto de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) não foi devidamente devolvido às fontes corretas e mesmo que fossem ficaria um débito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Informa ainda o corpo técnico que tal apontamento foi verificado quando da análise das Prestações de contas anual do município nos exercícios de 2017 e 2018.

Assim, verifico que após a análise das razões recursais bem como da documentação juntada, constatou-se que os argumentos apresentados pelo ora recorrente não merecem prosperar, pois além de não haver a correta contabilização do valor expressivo de R\$ 30.000.000,00 de reais, ainda ficaram R\$ 10.000,000,00 sem nenhuma alocação correta.

Diante do exposto, **acompanho o entendimento da área técnica para manter a irregularidade.**

b. Item 2.1.2 do Parecer Prévio 00027/2022-1: resultado financeiro das fontes de recursos evidenciado no Balanço Patrimonial inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis.

O recorrente argumenta que:

Como se observa à pág. 09 do parecer prévio recorrido, não se considerou suficientes os esclarecimentos prestados pelo Recorrente para explicar as divergências nas fontes 001 - Recursos Ordinários, 410 – Recursos Vinculados ao RPPS e 112 - Transferências do Fundeb (40%):

“Em seguida o NCONTAS, considerando a relevância das divergências encontradas, opinou pela manutenção da irregularidade.

Observa-se que as justificativas trazidas aos autos não foram suficientes para esclarecer as divergências relevantes verificadas nas fontes 001 – RECURSOS ORDINÁRIOS e 410 – RECURSOS VINCULADOS AO RPPS, ALÉM DA DIVERGÊNCIA VERIFICADA NA FONTE 112 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (40%).

Dada a relevância das divergências, acompanho entendimento técnico para manter a presente irregularidade.” [grifo nosso]

Ressalta o Recorrente que não existe má-fé ou intenção de emitir propositadamente relatórios com divergências. Trata-se apenas de ajustes em sistemas informatizados que foram sendo corrigidos ao longo dos anos, com adequações e adaptações necessárias à plena compatibilização entre o sistema Cidades TCEES e o sistema informatizado utilizado pelo Município.

O tema relativo a inconsistências nos saldos das fontes de recursos que acompanham o Balanço Patrimonial é discutido de forma recorrente no âmbito das PCAs no TCEES.

Como em outros municípios do ES, o sistema utilizado pelo Município de Itapemirim apresentava uma inconsistência na escrituração das fontes de recursos. Por vezes poderia acontecer de haver o empenho em uma determinada fonte de recursos, com as etapas subsequentes da despesa, especialmente o pagamento, em outra fonte. As correções e ajustes foram realizados ao longo dos exercícios de 2018 e 2019.

No entanto, o anexo ao Balanço Patrimonial de 2017 e 2018 foi gerado ainda com algumas inconsistências, tendo estas também sido objeto de correção ao longo de 2018, 2019 e 2020.

Nesse particular, na análise da PCA 2019 não foi identificado déficit financeiro, corroborando as alegações de defesa, demonstrando que o Município obteve êxito em corrigir e controlar o controle por fontes de recursos, como demonstra a Instrução Técnica Inicial 00105/2021-1 elaborada nos presentes autos.

Em acréscimo, como demonstra o Anexo ao Balanço Patrimonial evidenciando as fontes de recuso ao final do exercício 2020 (doc. 12), se observa a correção das distorções.

Relevante também fazer menção à evolução dos déficits financeiros apurados nas diversas fontes deficitárias - 2018 a 2021 (doc. 13), demonstrando-se a adequação pelo Município quanto às fontes de recursos.

Em razão de todo o exposto, considerando o esforço do Município de Itapemirim na correção das inconsistências no controle da realização da despesa pública nas diferentes fontes de recurso, que evidenciam equilíbrio nas contas públicas, pede-se o provimento do recurso para afastar a irregularidade, ou que seja objeto de ressalva.

A área técnica manifesta-se na **Instrução Técnica de Recurso 248/2022**, nos seguintes termos:

Consiste a irregularidade em divergência nas fontes 001- Recursos Ordinários, 410 – Recursos Vinculados ao RPPS e 112- Transferências do Fundeb (40%).

O recorrente argumenta que não foi a intenção emitir propositalmente relatórios com divergências, sendo ajustes no sistema de informática que foram corrigidos em 2018 a 2020.

Todavia, para o exercício em análise não foram colacionados documentos

para afastar a irregularidade, pois o documento mencionado no ID 14 – Peça Complementar 14922/2022, se refere ao exercício de 2020 e, desta forma, diante do regime de competência, documentação relativa a outros exercícios não tem o condão de modificar a análise da PCA do exercício de 2019.

Merece destaque a análise constante da ITC 4761/201, em que foram revistos os valores lançados pelo sistema no demonstrativo, considerando-se a disponibilidade de caixa bruta encaminhada na PCA, e foram identificados equívocos, restando incompatíveis os seguintes saldos por fontes de recursos, sendo relevantes aos valores realçados:

Fonte de Recursos	Disponibilidade líquida	Superávit financeiro	Incompatibilidade
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 2.639.632,25	R\$ 1.933.691,54	-R\$ 705.940,71
112 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (60%)	R\$ 54.891,38	R\$ 40.011,91	-R\$ 14.879,47
410 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 199.058.249,59	R\$ 85.778.302,90	-R\$ 113.279.946,69

Deste modo, opina-se por não prover o recurso no ponto.

Pois bem.

Cinge-se a irregularidade em divergência nas fontes 001- Recursos Ordinários, 410 – Recursos Vinculados ao RPPS e 112- Transferências do Fundeb (40%).

O recorrente argumenta que não foi a intenção emitir propositalmente relatórios com divergências, sendo ajustes no sistema de informática que foram corrigidos em 2018 a 2020, porem a documentação apresentada refere-se apenas ao exercício de 2020, sendo inócuo para afastar irregularidade do exercício analisado que é de 2019.

Diante do exposto, **acompanho o entendimento da área técnica para manter a irregularidade.**

c. Item 2.1.3 do Parecer Prévio 00027/2022-1: ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde.

O recorrente aduz que:

O parecer prévio recorrido, reputou que não houve justificativas quanto a não emissão do parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde, mantendo a irregularidade, de acordo com trecho de págs. 10/11 do parecer prévio:

“Também quanto a este item de irregularidade acompanho o entendimento técnico para manter a presente irregularidade, à vista da completa ausência de justificativas que permitam formar opinião quanto às razões que impediram a emissão do referido parecer, se houve de fato ação positiva do gestor para que referido parecer fosse emitido. Trata-se de uma obrigação do gestor que por dever constitucional presta Contas, encaminhar a este Tribunal de contas os documentos requeridos para fins de Prestação de Contas e detalhados na Instrução Normativa TC 43/2017.”

Como é fato notório, os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelo enfrentamento, por todos os entes públicos, e pela população em geral, à pandemia do COVID-19.

Em se tratando da PCA do Exercício de 2019, as contas foram apresentadas ao TCEES no ano de 2020, quando já instalada a situação pandêmica, em plena situação de excepcionalidade marcada pelas medidas de isolamento social, restrição de circulação e comprometimento das atividades administrativas.

De acordo com o documento em anexo (doc. 14), Evento n. 39 (Prestação de Contas Anual 05702/2021-1), extraído da PCA do Exercício 2020 do Município de Itapemirim, processo 02404/2021-2, nota-se que a par do que ocorreu no início de 2020, não foi emitido parecer pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde em 2021 em razão de as reuniões não estarem sendo realizadas devido à pandemia do COVID-19.

Transcreve-se trecho do referido documento:

“Esclarecemos para os devidos fins que o Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em ações e serviços públicos em saúde, referente ao ano de 2020 ainda não foi concluso, considerando a situação de emergência e o estabelecimento de medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde da população em decorrência da infecção humana causa pelo surto de Coronavírus (COVID-19) no Município de Itapemirim, as reuniões do conselho não estavam sendo realizadas.”
[grifo nosso]

Portanto, houve motivo justificado para o não encaminhamento do referido parecer no bojo da PCA 2019, como também na PCA 2020. Ressalta-se ainda que o Município atingiu os índices constitucionais de aplicação em saúde, não havendo prejuízo às aplicações na referida área de atuação.

Por todo o exposto, pede-se a reforma do parecer prévio recorrido para afastar a irregularidade.

A área técnica manifesta-se na **Instrução Técnica de Recurso 248/2022**, nos seguintes termos:

A presente irregularidade é a ausência de parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde, pois o Relatório Técnico 71/2021 aponta que a Lei Complementar 141/2012 atribuiu aos Conselhos de Saúde a competência para avaliar, a cada quadrimestre, o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução daquela Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas, encaminhando ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias. (LC 141/2012, art. 41). O recorrente argumenta nesse recurso, que os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelo enfrentamento do COVID-19, tendo em vista que a PCA de 2019 é apresentada em 2020, houve situação excepcional de isolamento social e restrição de circulação, o que comprometeu as atividades administrativas.

Nota-se que por ocasião de sua defesa nos autos do processo 3330/2020-6, foi informado que o Conselho Municipal de Saúde havia se recusado a

emitir o referido parecer sem explicar o motivo. Assim, é de se estranhar a argumentação, nesta fase recursal, que ausência do Parecer foi consequência da situação de isolamento social e restrição e circulação provocada pelo COVID-19.

Não se pode negar que a Pandemia causada pelo Coronavirus afetou a rotina de vários entes da administração pública. Entretanto, no presente caso, além da argumentação destoar da inicialmente apresentada, é genérica e desprovida de qualquer documentação suporte, razão pela qual entende-se por não a acolher.

Deste modo, opina-se por não prover o recurso no ponto.

Pois bem.

Cinge-se a irregularidade no descumprimento da Lei 141/2012 atribuiu aos Conselhos de Saúde a competência para avaliar, a cada quadrimestre, o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde. No exercício de 2019 não houve parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde.

O recorrente atribui a ausência do referido parecer à pandemia de Covid-19.

Acompanho a área técnica para manter a irregularidade uma vez que alegação do recorrente não veio acompanhada de nenhuma documentação de suporte.

d. Item n. 2.1.6 do Parecer Prévio 00027/2022-1: deficiência na emissão do certificado de regularidade previdenciária.

O recorrente aduz que:

A irregularidade foi mantida pelo parecer prévio sob o fundamento de o Município não ter regularizado sua situação previdenciária de forma a garantir a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, e não trazido aos autos documentos comprobatórios das medidas adotadas para regularização, como se extrai de trecho de pág. 15:

“Compulsando os autos observo que embora citado para justificar a situação irregular observada no Município em relação ao Certificado de Regularidade Previdenciário que

permanecia vencido a mais de dois anos, o gestor não trouxe aos autos justificativas que permitissem formar opinião quanto ao fato e, quanto a adoção de medidas alegadas pelo gestor, o mesmo não trouxe documentos hábeis à sua comprovação, conforme explicita a análise técnica contida na Manifestação Técnica 1389/2021-4, acolhida pela ITC 4761/2021-7.

Na apreciação deste item, deve-se considerar a importância deste Certificado para o Ente Municipal, que, neste caso, ao longo dos exercícios em que esteve impedido de emití-lo ficou sem acesso aos recursos juntos aos órgãos e entidades federais.

Assim, à vista do potencial efeito lesivo às finanças públicas e, conseqüentemente aos municípios, não há dúvidas de que seria necessária a clara identificação das causas dos impedimentos para emissão do referido Certificado de Regularidade Previdenciário e a comprovação de adoção das necessárias ações positivas da gestão para a solução dos problemas. O que não se verifica nas justificativas apresentadas nestes autos.

Ante o exposto, entendo que o gestor foi omissivo em relação a matéria, razão pela qual acolho o entendimento técnico, tornando-o parte desta fundamentação, independente de transcrição e mantenho o presente indicativo de irregularidade.”

Como se passa a expor, o Recorrente, na condição de chefe do Poder Executivo, buscou todas as medidas para a obtenção do CRP.

A razão de o CRP se encontrar vencido desde o dia 08/07/2017 se deu pela falta de proposição legislativa estabelecendo revisão do Plano de Amortização do Déficit Técnico Atuarial do Fundo Previdenciário, em substituição ao disposto do art. 2º da Lei n. 2.884/2014 c/c Lei n. 2.907/2015, com o objetivo de buscar o equilíbrio financeiro e atuarial preconizado no art. 40 da CRFB.

No ano de 2020 enviou-se à Câmara Municipal projeto de lei (doc. 15) para sanar tal pendência de forma a permitir a emissão do CRP, porém não houve apreciação por parte do Poder Legislativo e arquivado ao final do ano legislativo. Pediu-se, no início de 2021 pelo desarquivamento do procedimento (doc. 16) e conseqüente tramitação, o que não foi acatado pelo Poder Legislativo. Em recente data, enviou-se novo projeto de lei para tramitação (doc. 17).

Importante também consignar que em data recente o Município conseguiu êxito na emissão do CRP.

O último projeto de lei enviado à Câmara Municipal resultou na Lei n. 3.255/2021, sancionada em 22/11/2021, conforme documentos em anexo (doc. 18).

Conforme dito, o Município de Itapemirim logrou êxito em obter a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, documento em anexo (doc. 19), em 29/10/2021.

Em razão do que se acaba de narrar, observa-se que o Recorrente não se quedou inerte e buscou medidas para a obtenção da CRF, que se encontra atualmente vigente, pelo que se pede o provimento do recurso para reformar o parecer prévio recorrido, no sentido de afastar a irregularidade.

A área técnica manifesta-se na **Instrução Técnica de Recurso 248/2022**, nos seguintes termos:

A presente irregularidade é referente ao Município não ter regularizado sua situação previdenciária de forma a garantir a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, e não ter trazido aos autos documentos comprobatórios das medidas adotadas para a regularização.

O recorrente traz a informação que a razão do CRP estar vencido desde 2017 se deve à falta de proposição legislativa para estabelecer a revisão do Plano de Amortização do Déficit Técnico Atuarial do Fundo Previdenciário.

Assevera que em 2020 foi enviado à Câmara Municipal projeto de lei para tal fim, sanando a emissão do CRP. Entretanto, o referido projeto não foi aprovado até o fim do ano legislativo. Destaca que em 2021 pediu a tramitação, o que não foi acatado pelo legislativo local, sendo renovado o envio do projeto de lei para tramitação em 2021.

Como se pode perceber o município ainda não aprovou a lei de revisão do Plano de Amortização do Déficit Técnico Atuarial do Fundo Previdenciário, sendo que o ID 19 – Peça Complementar 14927/2022 somente foi enviado em 2021.

Registra que somente em outubro de 2021, o Município de Itapemirim conseguiu o CRP, conforme ID 21-Peça Complementar 14929/2022, entretanto está vencido desde 27/04/2022. Todavia em consulta ao site

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/visualizarCrp2.xhtml?id=208960>, o município tem outro CRP, valido até 24 de outubro de 2022.

—CRPs do Município de Itapemirim/ES (Regime Próprio)—

Emissão	Validade	Cancelamento	Motivo	Ação Judicial	Visualizar
27/04/2022 07:51:19	24/10/2022			Não	
29/10/2021 10:52:31	27/04/2022			Não	
09/01/2017 00:00:00	08/07/2017			Não	
11/05/2016 00:00:00	07/11/2016			Não	
02/07/2015 07:37:47	29/12/2015			Não	
19/11/2013 19:14:52	18/05/2014			Não	
15/02/2013 08:24:07	14/08/2013			Não	
04/11/2011 15:14:55	02/05/2012			Não	
19/04/2011 14:42:58	16/10/2011			Não	
09/09/2010 11:48:26	08/03/2011			Não	
24/02/2010 11:54:54	23/08/2010			Não	
25/08/2009 15:33:38	21/02/2010			Não	
18/02/2009 06:36:22	17/08/2009			Não	
19/11/2008 08:29:14	17/02/2009			Não	
20/08/2008 14:47:06	18/11/2008			Não	

[Primeira](#) [Anterior](#) 1 2 [Próxima](#) [Última](#)

Todavia, para o exercício em análise não foram colacionados documentos para afastar a irregularidade, pois o documento mencionado, se refere ao exercício diverso da análise. Desta forma, diante do regime de competência, documentação relativa a outros exercícios não tem o condão de modificar a análise da PCA do exercício de 2019. Deste modo, opina-se por não prover o recurso no ponto.

Pois bem.

Cinge-se a irregularidade na falta de regularização previdenciária do município, além de não ter apresentado documentos comprobatórios das medidas adotadas para a regularização.

O recorrente traz a informação que a ausência de Certificado de regularidade Previdenciária refere-se à inércia do Poder Legislativo Municipal em aprovar a lei específica para tal.

A área técnica informa que para o exercício em análise (2019) não foram colacionados documentos para afastar a irregularidade.

Diante do exposto, **acompanho o entendimento da área técnica para manter a irregularidade.**

e. Da sustentação oral

A Lei 621/2012 (Lei Orgânica) e o Regimento Interno desta Corte de Contas (RITCEES) preveem a sustentação oral para clarear ou trazer documentos novos.

A Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica do TCEES) assim disciplina a previsão da sustentação oral:

Art. 55. São etapas do processo:

I - a instrução técnica;

II - o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nas hipóteses previstas em lei ou no Regimento Interno;

III - a apreciação ou o julgamento;

IV - os eventuais recursos.

....

Art. 61. **A fase de apreciação ou de julgamento** observará as normas previstas para cada espécie de procedimento submetido ao Tribunal, na forma desta Lei Complementar e do Regimento Interno.

Parágrafo único. **As partes poderão produzir sustentação oral,** desde que requerida previamente, sendo permitida a juntada de documentos.

O RITCEES, no seu art. 328, não deixa dúvidas sobre para que serve a defesa oral e a possibilidade de juntada de documentos novos:

Art. 328. Por ocasião da sustentação oral, **as partes poderão juntar documento novo.**

§ 1º **Considera-se documento novo aquele preexistente, mas ignorado ou inacessível ou, ainda, aquele que, mesmo produzido após a defesa, contribua para a verdade material.**

§ 2º Requerida a apresentação de documento novo por ocasião da sustentação oral, caberá ao Relator a verificação do atendimento ao parágrafo anterior como condição de juntada aos autos, podendo adiar o julgamento do processo ou determinar o cumprimento de diligências que entender pertinentes.

Imperioso observar que a mera apresentação de sustentação oral (e até mesmo de memoriais) não implica, por si só, na necessidade de reabertura da instrução processual e reanálise da matéria pela área técnica. De fato, o que dá ensejo a essa reanálise é a apresentação de documentos novos, nos termos estabelecidos pelo RITCEES e pela LOTCEES.

Na Manifestação Técnica de Defesa Oral 50/2022, assim se manifesta a área técnica:

No presente caso, a sustentação oral apresentada pelo recorrente, não junta documentos novos com o fito de modificar as conclusões lançadas na ITR da área técnica. Portanto, o conteúdo da defesa oral já foi enfrentado na análise constante da **ITR 0249/2022**, cuja conclusão foi pelo conhecimento do recurso interposto e, no mérito, pelo improvimento, sugerindo a manutenção incólume do Parecer Prévio 0027/2022- 2ª Câmara.

Ressalva se faz para informar que o presente processo já se encontra com a fase de instrução técnica concluída e com parecer ministerial confeccionado, entrando, assim, na fase de julgamento. E como não houve apresentação de documentos novos, nos termos da legislação, não há motivo para modificação da ITR, uma vez que o ato processual já foi praticado e se encontra em plena regularidade com cotejo das irregularidades e justificativas analisadas.

(...)

Desta forma, diante da inexistência de documento novo capaz de alterar o entendimento já exarado nos autos, corroboram-se, *in totum*, as análises feitas pela ITR 0249/2022

Assim sendo, adoto *in totum* a fundamentação da área técnica uma vez que as argumentações apresentadas pelo procurador do senhor Thiago Peçanha Lopes, em sede de sustentação oral não foram suficientes para ensejar qualquer mudança de entendimento ou conclusão.

III. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Por todo o exposto e com base na competência outorgada pelo inciso V, do artigo 29, da Resolução TC 261/2013 (Regimento Interno do TCEES), acompanhando o entendimento técnico e ministerial e **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte proposta de deliberação:

Sergio Aboudib Ferreira Pinto

Conselheiro relator

1. PARECER PRÉVIO TC-100/2022-5

Vistos, relatados e discutidos os autos, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas, em:

1.1. CONHECER o presente Recurso de Reconsideração apresentado, para, no mérito, para **NEGAR PROVIMENTO**, mantendo-se em todos os termos o Parecer Prévio 027/2022 – 2ª Câmara;

1.2. Dê-se ciência aos interessados na forma regimental e após **arquite-se**.

2. Unânime

3. Data da Sessão: 20/10/2022 – 53ª Sessão Ordinária do Plenário.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (presidente), Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Domingos Augusto Taufner, Sérgio Manoel Nader Borges, Rodrigo Coelho do Carmo e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Presidente

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Relator

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Fui presente:

LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA

Procurador-geral

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

Secretário-geral das Sessões



Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Protocolar Parecer Prévio TCEES
Ação Realizada: Parecer Prévio Protocolado
Próxima Fase: Distribuir Parecer Prévio

De: **Protocolo**

Para: **Direção Geral**

Processo protocolado.

Itapemirim-ES, 16 de maio de 2023.

Karina Abib Jabour
Auxiliar Administrativo

Tramitado por: Karina Abib Jabour - Auxiliar Administrativo





Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Distribuir Parecer Prévio
Ação Realizada: Parecer Prévio Distribuído
Próxima Fase: Dar Ciência e Distribuir Cópia

De: **Direção Geral**

Para: **Presidência**

Encaminhamento ao Presidente para ciência.

Itapemirim-ES, 17 de maio de 2023.

Sérgio Rodvalho Ventura
Diretor Geral

Tramitado por: Sérgio Rodvalho Ventura - Diretor Geral





Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Dar Ciência e Distribuir Cópia
Ação Realizada: Dado Ciência e Cópia Distribuída
Próxima Fase: Dar Publicidade

De: **Presidência**

Para: **Plenário**

Incluo o presente processo para publicidade e apreciação na 17ª Sessão Ordinária de 24 de maio de 2023.

Itapemirim-ES, 17 de maio de 2023.

Paulo Sérgio de Toledo Costa
Vereador-Presidente

Tramitado por: Paulo Sérgio de Toledo Costa - Vereador-Presidente





Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Dar Publicidade
Ação Realizada: Dado Publicidade
Próxima Fase: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos

De: **Plenário**

Para: **Comissão de Finanças e Orçamentos**

Após Publicidade na 17ª Sessão Ordinária de 24 de maio de 2023, encaminhado à COFINOR para emissão de parecer.

Itapemirim-ES, 24 de maio de 2023.

Rodrigo Silva Machado
Diretor de Controle Interno/Ouvidor

Tramitado por: Rodrigo Silva Machado - Diretor de Controle Interno/Ouvidor





Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos
Ação Realizada: Dado Providência
Próxima Fase: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos

De: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Para: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Providenciar notificação do ex Prefeito, conforme termo e ata da reunião da COFINOR.

Itapemirim-ES, 28 de junho de 2023.

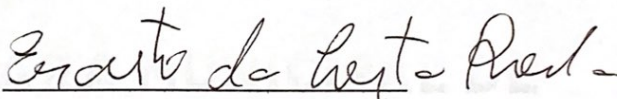
João Luiz Rocha da Silva
Assessor Jurídico

Tramitado por: João Luiz Rocha da Silva - Assessor Jurídico

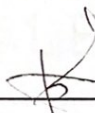


ATA

As quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e três, no Plenário João Batista da Câmara Municipal de Itapemirim, reuniu-se a Comissão de Finanças e Orçamento-COFINOR, onde estavam presentes os Vereadores Erasto da Costa Rocha, Presidente, o Vereador José de Oliveira Lima, Membro, com a presença do Assessor Jurídico João Luiz Rocha da Silva, onde fora constatada a ausência do Vereador Lucimar Alves Soares, Vice-presidente, que se encontra ausente por motivo de saúde, de sorte que o Senhor Presidente abriu os trabalhos cumprimentando a todos e designou o Vereador membro da COFINOR José de Oliveira Lima, para ser o relator desse processo, tendo inclusive sido deliberado em conjunto que será notificado o responsável pelo Executivo Municipal no exercício 2019, o senhor Thiago Peçanha Lopes, para que o mesmo possa, se assim entender, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, sem mais para tratar, encerrou a presente reunião que segue assinada por todos os presentes.



Vereador: Erasto da Costa Rocha
Presidente – COFINOR



Vereador: José de Oliveira Lima
Membro Relator- COFINOR

(28) 352-6280

camara@camaraitapemirim.es.gov.br

Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES – CEP 29330-00

www.camaraitapemirim.es.gov.br



NOTIFICAÇÃO

Servimos do presente para notificar Vossa Senhoria, que tramita nesta Casa Legislativa o Processo de Julgamento de Contas do Executivo, processo de nº. 372/2023 referente as contas de Itapemirim exercício 2019, que recebeu parecer desfavorável emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como para intima-lo a apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento desta.

Informamos, que será garantido o contraditório e a ampla defesa, podendo apresentar todos os meios de prova em direito admitidas.

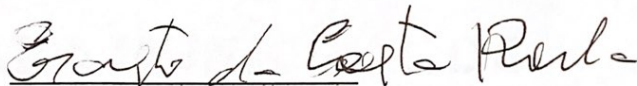
Informamos, que a sua defesa será encaminhada as Comissões de Finanças e Orçamento e a de Fiscalização.

Nesta oportunidade, estamos encaminhando cópia na integra do processo de julgamento de contas do Executivo referente ao exercício 2019 nesta Casa de Leis, bem como nos colocamos a disposição, para consultas ao processo de julgamento de contas referente ao exercício 2019 e os anexos, assim como quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Comunicamos ainda, que na ocasião em que a matéria for pautada para a apreciação do Egrégio Plenário da Câmara Municipal, ser-lhe-á concedido a oportunidade para apresentação de sustentação oral pessoalmente ou por advogado devidamente constituído.

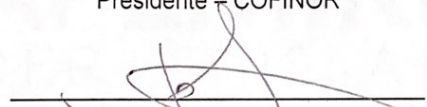
Sem mais para o momento, nos despedimos com voto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.



Vereador: Erasto da Costa Rocha

Presidente - COFINOR



Vereador: José de Oliveira Lima

Membro e Relator- COFINOR

A Sua Senhoria
Thiago Peçanha Lopes
Ex. Prefeito Municipal de Itapemirim
Em Mãos.

(28) 352-6280

camara@camaraitapemirim.es.gov.br

Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES - CEP 29330-00

www.camaraitapemirim.es.gov.br





Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos
Ação Realizada: Dado Providência
Próxima Fase: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos

De: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Para: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Tendo em vista as tentativas infrutíferas de notificação pessoal ao ex-Prefeito Thiago Peçanha Lopes, conforme certidão em anexo, faz-se necessária a publicação de edital de notificação nos diários oficiais do Legislativo, do Executivo e do Estado do ES, a fim de que o notificado possa apresentar sua defesa.

Após, aguarde-se o prazo de 15 dias úteis para novas providências.

Itapemirim-ES, 31 de julho de 2023.

João Luiz Rocha da Silva
Assessor Jurídico

Tramitado por: João Luiz Rocha da Silva - Assessor Jurídico





ATA DE REUNIÃO

As quinze horas do dia vinte e quatro de março do ano de dois mil e vinte e três, no Plenário João Batista da Câmara Municipal de Itapemirim, reuniu-se a Comissão de Finanças e Orçamento-COFINOR, onde estavam presentes os Vereadores Erasto da Costa Rocha, Presidente, Lucimar Alves Soares, Vice-presidente e José de Oliveira Lima, Membro, com a presença do Assessor Jurídico João Luiz Rocha da Silva, onde o presidente abriu os trabalhos saudando a todos e informou que o parecer anteriormente emitido pela comissão estava fora do rito estabelecido para a tramitação do processo de julgamento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas, TCEES 043/2021-6, sendo assim, tornou sem efeito e em ato contínuo designou o Vereador membro da COFINOR José de Oliveira Lima, para ser o relator desse processo, tendo inclusive sido deliberado em conjunto que será notificado o responsável pelo Executivo Municipal no exercício 2018, o senhor Thiago Peçanha Lopes, para que o mesmo possa, se assim entender, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, sem mais para tratar, encerrou a presente reunião que segue assinada por todos os presentes.

Vereador: Erasto da Costa Rocha
Presidente – COFINOR

Vereador: Lucimar Alves Soares
Vice-Presidente – COFINOR

Vereador: José de Oliveira Lima
Membro Relator- COFINOR



Ofício PRESID/PSTC nº 115/2023

Itapemirim-ES, 10 de julho de 2023.

ILUSTRÍSSIMO SRº.

THIAGO PEÇANHA LOPES

Endereço: Rua Antonio Carlos Maravila, 73, esquina c/ Rua Mimoso do Sul, podendo ser encontrado ainda na Rua Canaã, Itapemirim-ES.

NESTA

Assunto: Encaminhamento de notificação.

Senhor,

Venho por meio deste, encaminhar ao Ilustríssimo Senhor, Termo de NOTIFICAÇÃO (anexo). Sendo o que tinha para o momento, reitero votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO DE
TOLEDO
COSTA:027564927
01

Paulo Sérgio de Toledo Costa
Vereador-Presidente
Biênio 2023-2024

Assinado de forma digital por
PAULO SERGIO DE TOLEDO
COSTA:02756492701
Dados: 2023.07.10 10:49:05 -03'00'

(28) 352-6280

camara@camaraitapemirim.es.gov.br

Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES – CEP 29330-00

www.camaraitapemirim.es.gov.br



NOTIFICAÇÃO

Servimos do presente para notificar Vossa Senhoria, que tramita nesta Casa Legislativa o Processo de Julgamento de Contas do Executivo, processo de nº. 372/2023 referente as contas de Itapemirim exercício 2019, que recebeu parecer desfavorável emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como para intima-lo a apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento desta.

Informamos, que será garantido o contraditório e a ampla defesa, podendo apresentar todos os meios de prova em direito admitidas.

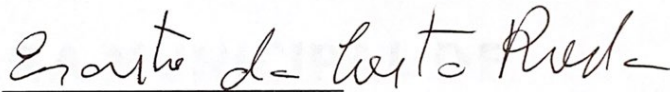
Informamos, que a sua defesa será encaminhada as Comissões de Finanças e Orçamento e a de Fiscalização.

Nesta oportunidade, estamos encaminhando cópia na integra do processo de julgamento de contas do Executivo referente ao exercício 2019 nesta Casa de Leis, bem como nos colocamos a disposição, para consultas ao processo de julgamento de contas referente ao exercício 2019 e os anexos, assim como quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Comunicamos ainda, que na ocasião em que a matéria for pautada para a apreciação do Egrégio Plenário da Câmara Municipal, ser-lhe-á concedido a oportunidade para apresentação de sustentação oral pessoalmente ou por advogado devidamente constituído.

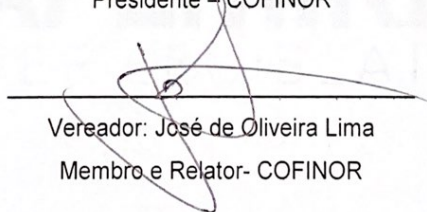
Sem mais para o momento, nos despedimos com voto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.



Vereador: Erasto da Costa Rocha

Presidente - COFINOR



Vereador: José de Oliveira Lima

Membro e Relator- COFINOR

A Sua Senhoria
Thiago Peçanha Lopes
Ex. Prefeito Municipal de Itapemirim
Em Mãos.

(28) 352-6280

camara@camaraitapemirim.es.gov.br

Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES - CEP 29330-00

www.camaraitapemirim.es.gov.br



CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao respeitável, me dirigi ao endereço indicado, onde, nas vezes em que estive lá, não encontrei o Sr. Thiago Peçanha Lopes. Diante do exposto, **DEIXEI DE INTIMAR THIAGO PEÇANHA LOPES.**

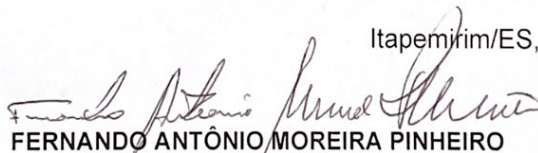
Diligências:

10/07/2023: Não havia ninguém na residência. Cabe destacar que, após tocar a campainha por aproximadamente 06 (seis) minutos, não obtivemos êxito. E logo após nos dirigimos ao ambiente de trabalho do Sr. Thiago Peçanha Lopes e fomos informados pelo Sr. Acácio que o mesmo não se encontrava.

11/07/2023: Após comparecer a residência do Sr. Thiago fomos atendidos pela Sra. Nadir que informou que o Thiago não se encontrava. Após comparecer novamente no ambiente de trabalho do Sr. Thiago Peçanha Lopes fomos informados pelo Sr. Acácio que o mesmo não se encontrava.

12/07/2023: Por fim, após terceira tentativa, não obtivemos êxito tanto na residência como no local de trabalho no qual fomos informados pelo Sr. Juliano que o Thiago Peçanha Lopes não se encontrava.

Itapemirim/ES, 13 de julho de 2023.


FERNANDO ANTÔNIO MOREIRA PINHEIRO

Oficial Administrativo

Matrícula 221/1984

 (28) 3529-6280

 camara@camaraitapemirim.es.gov.br



Rua Adiles André Leal, S/N - Serramar - Itapemirim-ES - CEP: 29330000



www.camaraitapemirim.es.gov.br



Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 330032003900390030003A00540052004100. Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.



Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos
Ação Realizada: Dado Providência
Próxima Fase: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos

De: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Para: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Publicação do Edital de Citação nº 002/2023 realizada: na Edição nº 2225 do Diário Oficial do Legislativo em 1º de agosto de 2023; na Edição nº 3650 do Diário Oficial do Município de Itapemirim em 1º de agosto de 2023; e na Edição nº 26038 do Diário Oficial do ES em 1º de agosto de 2023.

Após as publicações, aguarde-se o prazo final para apresentação de defesa até **23 de agosto de 2023**.

Itapemirim-ES, 2 de agosto de 2023.

João Luiz Rocha da Silva

Assessor Jurídico

Tramitado por: João Luiz Rocha da Silva - Assessor Jurídico





CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

PODER LEGISLATIVO

Município de Itapemirim
Estado do Espírito Santo

Criado pela Lei Municipal nº 2.709/2013
Distribuição Gratuita

e-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

EDITAL

EDITAL DE CITAÇÃO nº 002/2023

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO EM LUGAR INCERTO referente ao [Processo Administrativo CMI nº 372/2023](#), em trâmite na Câmara Municipal de Itapemirim, PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, em face do **requerido THIAGO PEÇANHA LOPES**.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim, PAULO SÉRGIO DE TOLEDO COSTA, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que, perante a este órgão, se processa a ação de **Parecer Prévio do TCEES 0027/2022-1 - Prestação de Contas Anual – Prefeitura Municipal de Itapemirim – Exercício de 2019 – pela Rejeição das Contas** – por utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei federal; resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis; ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde; e deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária.

E ASSIM, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, com prazo de **15 (quinze) dias úteis**, que será publicado na forma da lei, ficando citado o requerido supramencionado, em lugar incerto e desconhecido, bem como todos aqueles que porventura possam alegar qualquer interesse, para se fazer representar nos autos, advertindo-o de que não sendo apresentado resposta nos autos em apreço, dentro do prazo legal, contados a partir da publicação do presente Edital, serão considerados verdadeiros os fatos alegados na peça inaugural.

Nada mais, dado e passado nesta cidade de Itapemirim-ES, em 31 de julho de 2023.

Paulo Sérgio de Toledo Costa

Vereador-Presidente

Biênio 2023/2024

Paulo Sérgio de Toledo Costa

Vereador-Presidente – Biênio 2023/2024

Editado pela Secretaria da Câmara Municipal de Itapemirim

Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar – Itapemirim-ES - CEP: 29.330-000 - Fone: (28) 3529-6280
Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 330033003000310036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.



Aviso**AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 011/2023**

O Município de Vargem Alta/ES, por intermédio de sua Pregoeira, torna público que nas publicações referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2023, avisos de licitação, avisos de suspensão, decisão de recurso, avisos de resultado e homologação;

Onde se lê: ID (TCEES) 2023.071E0700001.01.0017

LEIA-SE: ID (TCEES) 2023.071E0700001.01.0026

Erielle de Lima Nascimento

Pregoeira

Protocolo 1138471

Câmaras**Domingos Martins****RESUMO DO CONTRATO Nº 13/2023**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

CONTRATADA: 20.601.120 ALEX DELESPOSTE KEFLER

CNPJ: 20.601.120/0001-51

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de operação e manutenção preventiva, corretiva no sistema de sonorização.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

VIGÊNCIA: Contado a partir de 1º de agosto de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

RECURSOS: As despesas constantes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária 010001.0103100012.001 - Manutenção dos serviços administrativos da Câmara Municipal, 33903900000 - da ficha 14 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica.

Domingos Martins, 31 de julho de 2023.

ABEL FERNANDO KIEFER

Presidente da CMDM

Protocolo 1138439

Itapemirim**EDITAL DE CITAÇÃO nº 002/2023**

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO EM LUGAR INCERTO referente ao Processo Administrativo CMI nº 372/2023, em trâmite na Câmara Municipal de Itapemirim, PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, em face do **requerido THIAGO PEÇANHA LOPES**.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim, PAULO SÉRGIO DE TOLEDO COSTA, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que, perante a este órgão, se processa a ação de **Parecer Prévio do TCEES 0027/2022-1 - Prestação de Contas Anual - Prefeitura Municipal de Itapemirim - Exercício de 2019 - pela Rejeição das Contas** - por utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural



Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 330033003000310036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fls. 56

em fim vedado por lei federal; resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis; ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde; e deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária.

E ASSIM, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, com prazo de **15 (quinze) dias úteis**, que será publicado na forma da lei, ficando citado o requerido supramencionado, em lugar incerto e desconhecido, bem como todos aqueles que porventura possam alegar qualquer interesse, para se fazer representar nos autos, advertindo-o de que não sendo apresentado resposta nos autos em apreço, dentro do prazo legal, contados a partir da publicação do presente Edital, serão considerados verdadeiros os fatos alegados na peça inaugural.

Nada mais, dado e passado nesta cidade de Itapemirim-ES, em 31 de julho de 2023.

Paulo Sérgio de Toledo Costa

Presidente da Câmara de Itapemirim

Protocolo 1138760

Vitória**RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 009/2020**

A Câmara Municipal de Vitória do Estado do Espírito Santo, em atendimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna pública a celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato, constante do Processo nº 1607/2020 conforme abaixo:

Contratante - Câmara Municipal de Vitória.

Contratada - ÁGAPE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-EPP

Valor global- R\$ 278.000,00 (Duzentos e setenta e oito mil reais)

Prazo - 12 (doze) meses a contar de 01/09/2023.

Elemento de despesa - 3.3.90.40.99

Atividade - 01.031.0029.2.0156

Vitória, 31 de Julho de 2023.

Delegado Piquet

Presidente da CMV

Protocolo 1138567

Entidades Municipais**Fundo Municipal de Saúde de Apicá****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº
01-015/2022-FMS**

Proc. nº 1331/2023

(apens. ao proc. nº 1248/22)

ID CidadES nº 2022.008E0500001.09.0030

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO; Contratada: Marconi Almeida Bernardo - M.E.I. (CNPJ nº

ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Edição nº 2.225 de 1º de agosto de 2023



CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM
PODER LEGISLATIVO

Município de Itapemirim
Estado do Espírito Santo

Criado pela Lei Municipal nº 2.709/2013
Distribuição Gratuita

e-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

EDITAL

EDITAL DE CITAÇÃO nº 002/2023

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO EM LUGAR INCERTO referente ao [Processo Administrativo CMI nº 372/2023](#), em trâmite na Câmara Municipal de Itapemirim, PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, em face do requerido **THIAGO PEÇANHA LOPES**.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim, PAULO SÉRGIO DE TOLEDO COSTA, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que, perante a este órgão, se processa a ação de **Parecer Prévio do TCEES 0027/2022-1 - Prestação de Contas Anual – Prefeitura Municipal de Itapemirim – Exercício de 2019 – pela Rejeição das Contas** – por utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei federal; resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis; ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde; e deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária.

E ASSIM, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, com prazo de **15 (quinze) dias úteis**, que será publicado na forma da lei, ficando citado o requerido supramencionado, em lugar incerto e desconhecido, bem como todos aqueles que porventura possam alegar qualquer interesse, para se fazer representar nos autos, advertindo-o de que não sendo apresentado resposta nos autos em apreço, dentro do prazo legal, contados a partir da publicação do presente Edital, serão considerados verdadeiros os fatos alegados na peça inaugural.

Nada mais, dado e passado nesta cidade de Itapemirim-ES, em 31 de julho de 2023.

Paulo Sérgio de Toledo Costa
Vereador-Presidente
Biênio 2023/2024

Paulo Sérgio de Toledo Costa

Vereador-Presidente – Biênio 2023/2024

Editado pela Secretaria da Câmara Municipal de Itapemirim

Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar – Itapemirim-ES - CEP: 29.330-000 - Fone: (28) 3529-6280

Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 330033003000310036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos
Ação Realizada: Dado Providência
Próxima Fase: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos

De: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Para: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Segue Ata da reunião conjunta entre COFINOR e COFIS.

Itapemirim-ES, 15 de setembro de 2023.

João Luiz Rocha da Silva
Assessor Jurídico

Tramitado por: João Luiz Rocha da Silva - Assessor Jurídico





Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Elaborar Parecer na Comissão de Finanças e Orçamentos
Ação Realizada: Parecer(s) Emitido(s)
Próxima Fase: Elaborar Parecer na Comissão de Fiscalização

De: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Para: **Comissão de Fiscalização (COFIS)**

Parecer COFINOR pela manutenção da rejeição das contas de 2019.

Itapemirim-ES, 27 de outubro de 2023.

João Luiz Rocha da Silva
Assessor Jurídico

Tramitado por: João Luiz Rocha da Silva - Assessor Jurídico



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - COFINOR

PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS - TCEES - 1/2023

Processo nº.372/2023

I – RELATÓRIO

Trata-se de Parecer Prévio 001/2023, referente ao Processo nº. 372/2023, Parecer Prévio 00027/2022-1 – 2ª Câmara – Prestação de Contas Anual de Prefeito – Prefeitura Municipal de Itapemirim: Exercício de 2019 – Parecer pela Rejeição das Contas.

Após extensa e técnica análise pela Corte de Contas deste Estado, foi emitido “parecer prévio recomendando a REJEIÇÃO das contas da Prefeitura Municipal de Itapemirim, no exercício de 2019, sob a responsabilidade do senhor Thiago Peçanha Lopes, na forma prevista no artigo 80, inciso III, da Lei Complementar 621/2012, em face da manutenção da seguinte irregularidade: “Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei federal (item 4.3.7.1 do RT 71/2021), Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (item 6.2 do RT 71/2021), Ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde (item 8.4 do RT 71/2021) e Deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária. (Item 4.1 do RT 53/2021)”.

Fora emitido parecer prévio n. 00027/2022-1 – da Segunda Câmara, nos seguintes moldes:

“PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PREFEITO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM – EXERCÍCIO DE 2019 – PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO – “UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM FIM VEDADO POR LEI FEDERAL (ITEM 4.3.7.1 DO RT 71/2021), RESULTADO FINANCEIRO DAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL É INCONSISTENTE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (ITEM 6.2 DO RT 71/2021), AUSÊNCIA DO PARECER EMITIDO PELO

 (28) 352-6280

 camara@camaraitapemirim.es.gov.br

 Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES – CEP 29330-000

 www.camaraitapemirim.es.gov.br



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA SAÚDE (ITEM 8.4 DO RT 71/2021) E DEFICIÊNCIAS NA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA. (Item 4.1 do RT 53/2021)– DETERMINAR – DAR CIÊNCIA”.

- a. Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei federal (item 4.3.7.1 do RT 71/2021);
- b. Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (item 6.2 do RT 71/2021);
- c. Ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde (item 8.4 do RT 71/2021);
- d. Deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária. (Item 4.1 do RT 53/2021);

Cumprindo os trâmites legais, e em atendimento ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica Municipal o Regimento Interno desta Casa de Leis, que disciplinam a sua tramitação e a emissão de parecer sob a responsabilidade desta Comissão e necessidade de apreciação e julgamento pelo Plenário desta Casa de Leis, o referido processo veio a esta comissão para emissão de parecer.

II – FUNDAMENTAÇÃO

De início, estamos diante das contas anuais do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade de sua Chefia, a saber, o Prefeito Municipal a época Thiago Peçanha Lopes.

Verificando a Constituição Federal, a matéria em apreço resta prevista no art. 31, § 1º, o qual assim firma:

“31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.”

Numa análise sistemática dos dispositivos constitucionais, conclui-se que o controle externo realizado sobre a gestão empreendida pelo Poder Executivo é oriundo da Câmara Municipal, órgão ao qual incumbe, a partir do auxílio técnico do Tribunal de Contas dos Municípios, a apreciação das suas contas anuais.

A Constituição Federal é bastante clara e precisa quanto à competência do Poder Legislativo para julgar as



contas de governo do Chefe do Poder Executivo, após a necessária e indispensável atuação do Tribunal de Contas do Estado, mediante a emissão de parecer prévio sobre tais contas.

Essa competência foi outorgada ao Legislativo, por certo, por ser o Poder que representa o povo, fonte primária e titular dos recursos e bens públicos.

Embora sabido que, o parecer do Tribunal de Contas constitui peça técnico-jurídica de natureza opinativa, não possuindo conteúdo vinculativo-decisório, sua função é avaliar o cumprimento do orçamento, dos planos de Governo, dos programas governamentais, dos limites impostos aos níveis de endividamento, aos gastos mínimo e máximo previstos no ordenamento para saúde, educação e gastos com pessoal, com emissão de parecer prévio com vistas a fim de auxiliar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo.

Ante ao exposto, resta claro que o Poder originário de fiscalização é da Câmara Municipal, que pode exercê-lo com absoluta autonomia decisória, possuindo o encargo de discutir as irregularidades apontadas no parecer prévio de forma absolutamente independente.

III - DA ANÁLISE DAS IRREGULARIDADES APONTADAS NO PARECER PRÉVIO

Por meio da Prestação de Contas anual é que se demonstra a atuação do chefe do Poder Executivo municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento (Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual) aprovados pelo Legislativo municipal, em respeito às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e às disposições constitucionais e legais aplicáveis.

No caso em tela, ao analisar as Contas de Governo, entendeu pela rejeição das contas, tendo em vista a “Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei federal (item 4.3.7.1 do RT 71/2021), Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (item 6.2 do RT 71/2021), Ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde (item 8.4 do RT 71/2021) e Deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária. (Item 4.1 do RT 53/2021), ”.

Notificado através do Diário Oficial do Legislativo e Diário Oficial do Estado para se manifestar sobre o Parecer Prévio, uma vez que não fora encontrado, o mesmo se manteve inerte.

Ante ao exposto, entendo que os apontamentos do TCCES é suficiente a macular a prestação de contas do ordenador, motivo pelo qual opinamos para que esta Comissão emita parecer mantendo a REJEIÇÃO das Contas Anuais de Governo, referente ao exercício financeiro de 2019.



Itapemirim-ES, 27 de outubro de 2023.

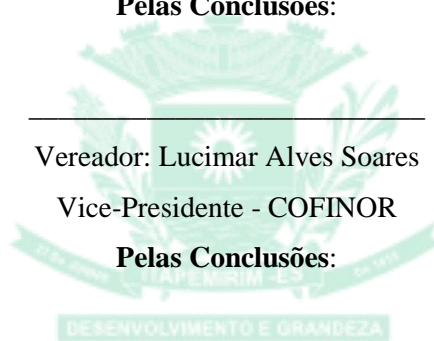
Vereador: José de Oliveira Lima
Membro e Relator- COFINOR

Vereador: Erasto da Costa Rocha
Presidente - COFINOR

Pelas Conclusões:

Vereador: Lucimar Alves Soares
Vice-Presidente - COFINOR

Pelas Conclusões:



CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM
PODER LEGISLATIVO

 (28) 352-6280

 camara@camaraitapemirim.es.gov.br

 Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES – CEP 29330-000

 www.camaraitapemirim.es.gov.br



Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 330034003200360032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 63



Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Elaborar Parecer na Comissão de Fiscalização
Ação Realizada: Parecer(s) Emitido(s)
Próxima Fase: Elaborar Projeto de Decreto Legislativo

De: **Comissão de Fiscalização (COFIS)**

Para: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Após emissão de parecer favorável da Comissão de Fiscalização (em anexo), o processo segue para a Comissão de Finanças e Orçamento para elaboração do Projeto de Decreto Legislativo.

Itapemirim-ES, 30 de outubro de 2023.

João Luiz Rocha da Silva
Assessor Jurídico

Tramitado por: João Luiz Rocha da Silva - Assessor Jurídico



PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS - TCEES - 1/2023

Processo nº.372/2023

I – RELATÓRIO

Trata-se de Parecer Prévio 001/2023, referente ao Processo nº. 372/2023, Parecer Prévio 00027/2022-1 – 2ª Câmara – Prestação de Contas Anual de Prefeito – Prefeitura Municipal de Itapemirim: Exercício de 2019 – Parecer pela Rejeição das Contas.

Após minuciosa, extensa e técnica análise pela Corte de Contas deste Estado, foi emitido “parecer prévio recomendando a REJEIÇÃO das contas da Prefeitura Municipal de Itapemirim, no exercício de 2019, sob a responsabilidade do senhor Thiago Peçanha Lopes, na forma prevista no artigo 80, inciso III, da Lei Complementar 621/2012, em face da manutenção da seguinte irregularidade: “Utilização de recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em fim vedado por lei federal (item 4.3.7.1 do RT 71/2021), Resultado financeiro das fontes de recursos evidenciados no balanço patrimonial é inconsistente em relação aos demais demonstrativos contábeis (item 6.2 do RT 71/2021), Ausência do parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social da Saúde (item 8.4 do RT 71/2021) e Deficiências na emissão do certificado de regularidade previdenciária. (Item 4.1 do RT 53/2021)”.

Neste ínterim, foi emitido parecer prévio n. 00027/2022-1 – da Segunda Câmara, nos seguintes moldes:

“PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (PREFEITO) – EXERCÍCIO DE 2019 – PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO – UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM FIM VEDADO POR LEI FEDERAL (ITEM 4.3.7.1 DO RT 71/2021), RESULTADO FINANCEIRO DAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL É INCONSISTENTE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (ITEM 6.2 DO RT 71/2021), AUSÊNCIA DO PARECER EMITIDO PELO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA SAÚDE (ITEM 8.4 DO

 (28) 352-6280

 camara@camaraitapemirim.es.gov.br

 Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES – CEP 29330-000

 www.camaraitapemirim.es.gov.br



RT 71/2021) E DEFICIÊNCIAS NA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA. (ITEM 4.1 DO RT 53/2021)- DETERMINAR – DAR CIÊNCIA”.

Cumprindo os trâmites legais, e em atendimento ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica Municipal o Regimento Interno desta Casa de Leis, que disciplinam a sua tramitação e a emissão de parecer sob a responsabilidade desta Comissão e necessidade de apreciação e julgamento pelo Plenário desta Casa de Leis, o referido processo veio a esta comissão para emissão de parecer, nos termos do Art. 83 do Regimento Interno desta Casa de Leis, eis que trata-se de matéria de ordem financeira, constituindo responsabilidade inafastável da COFIS que passa a tecer suas considerações e posterior opinamento.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A prestação de contas de uma gestão é o evento técnico e político que aduz a verificação do cumprimento, pelo gestor, dos limites e obrigações que impõe a lei, constituindo relevante avaliação da gestão e suas responsabilidades.

No caso em tela, as contas em apreço foram analisadas pela mais alta corte especializada para verificação das conformidades legais, a saber, o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Nesse sentido é relevante lembrar que além da capacidade inquestionável dos julgadores, estes contaram com o apoio de uma equipe técnica especializada, que de forma democrática concordaram com a reprovação das referidas contas públicas, referentes ao ano de 2019.

Noutro giro, do ponto de vista político não há óbice que justifique a essa comissão deixar de acompanhar as recomendações do Tribunal competente, pois além da técnica que se impôs na avaliação, cabe considerar também que as políticas públicas estão vinculados ao orçamento pré-aprovado, pelo que , havendo regularidade de um presumi-se a do outro.

Diante das considerações acima, após analisados e discutidos pelos membros dessa comissão restou resolvida por unanimidade, acompanhar a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e **OPINAR PELA REPROVAÇÃO** das contas do Prefeito Thiago Peçanha Lopes, referente ao ano de 2019, nos termos da recomendação do TCEES.

 (28) 352-6280

 camara@camaraitapemirim.es.gov.br

 Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES – CEP 29330-000

 www.camaraitapemirim.es.gov.br



VOTO DA COMISSÃO

Em síntese essa Comissão opina pelo prosseguimento do processo com a reprovação das contas do Thiago Peçanha Lopes, referente ao ano de 2019, nos termos da recomendação do TCEES.

É o nosso parecer.

Itapemirim-ES, 30 de outubro de 2023.

Vereador: Estevão Silva Machado

Presidente - COFIS

Pelas Conclusões:

Vereador: Renildo Nascimento Pessanha

Vice-Presidente Relator- COFIS

Vereador: João Bechara Netto

Membro – COFIS

Pelas Conclusões:

 (28) 352-6280

 camara@camaraitapemirim.es.gov.br

 Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES – CEP 29330-000

 www.camaraitapemirim.es.gov.br





Processo: 372/2023 - Parecer Prévio do Tribunal de Contas - TCEES nº 1/2023
Fase Atual: Elaborar Projeto de Decreto Legislativo
Ação Realizada: Proposição Elaborada
Próxima Fase: Dar Providência

De: **Comissão de Finanças e Orçamentos (COFINOR)**

Para: **Presidência**

Projeto de Decreto elaborado com o nº. 27/2023, processo nº. 868/2023, tendo inclusive sido dado publicidade na Sessão Ordinária de 1º de novembro de 2023, sendo assim, encaminhamos a Presidências para agendar data para julgamento.

Itapemirim-ES, 6 de novembro de 2023.

João Luiz Rocha da Silva
Assessor Jurídico

Tramitado por: João Luiz Rocha da Silva - Assessor Jurídico

